

## 2.4

# PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO

**CASCAIS**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
**[ALTERAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO AO  
NOVO REGIME JURÍDICO DOS  
INSTRUMENTOS DE GESTÃO  
TERRITORIAL (RJIGT)]**

Elementos que Acompanham o Plano

**Aditamento ao Programa de  
Execução e Plano de  
Financiamento do Plano**

OUTUBRO | 2021

## ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO .....	3
2. OPORTUNIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO AO NOVO RJGT.....	5
3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	7
4. PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO.....	9
4.1 TIPOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO DO PLANO .....	10
4.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO .....	15
4.3 PROPOSTAS SETORIAIS.....	16
4.3.1. Rede Rodoviária .....	16
4.3.2. Áreas a classificar como solo urbano e solo rústico.....	16
5. PLANO DE FINANCIAMENTO .....	18
5.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS OPÇÕES DO PLANO .	20
5.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA .....	20
5.3 FONTES DE FINANCIAMENTO MUNICIPAL.....	21
6. AVALIAÇÃO DO PLANO.....	23
6.1 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO.....	24
7. MONITORIZAÇÃO .....	26
8. RECOMENDAÇÕES PARA FASES SEGUINTE DO PLANEAMENTO .....	27
8.1 FUNDO MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE E COESÃO TERRITORIAL.....	27
8.2 EQUIDADE TERRITORIAL.....	29
8.3 TRANSFERÊNCIA DE EDIFICABILIDADE .....	29
8.4 AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E PLANEAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS .....	30

## TABELAS

Tabela 1 - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão definidas no Plano.....	11
Tabela 2 - Investimento por fontes de financiamento.....	21
Tabela 3 - Programas nacionais, comunitários e internacionais de financiamento potencial.....	22

## **ANEXOS**

ANEXO I – Fichas de Ação (investimento municipal)

Fichas de Ação (investimento privado)

ANEXO II – Indicadores municipais

ANEXO III – Aditamento ao Quadro Geral da Programação e Financiamento

## 1. ENQUADRAMENTO

O presente Aditamento ao Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM Cascais é elaborado no âmbito do processo de alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais, doravante designado por PDM-Cascais, ao abrigo do novo regime legal estabelecido pela Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBPPSOTU), e do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e cumprindo o seu regime transitório, em especial o estabelecido nos artigos 78.º, 80.º e 82.º da LBPPSOTU e artigos 197.º, 198.º e 199.º do RJIGT.

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 30/2014, de 30 de maio) e o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que a prossegue, reforçam a necessidade dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) contrariarem padrões de povoamento disperso ou linear, estabelecendo, para tal, modelos de uso e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação. Efetivamente, a contenção da expansão do solo urbano torna-se premente numa lógica de sustentabilidade do território, assente em critérios de economia de recursos territoriais e de infraestruturas, equipamentos e serviços.

O presente procedimento de alteração do PDM-Cascais visa prosseguir os seguintes objetivos:

- ✓ Adequação ao novo RJIGT;
- ✓ Conformidade com as novas dinâmicas do quadro económico, social, cultural e ambiental com expressão territorial no concelho;
- ✓ Atualização das disposições vinculativas dos particulares, contidas nos regulamentos e nas plantas que os representem;
- ✓ Conformidade com o POC-ACE;
- ✓ Elaboração de um Plano de Sustentabilidade Urbanística e constituição de um Fundo de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística;
- ✓ Avaliação e identificação de situações incongruentes detetadas no decurso da monitorização da execução do PDM-Cascais, desde 2015, e realização de ajustes nas opções de planeamento resultantes da adaptação da Estratégia Municipal ao novo quadro legal e setorial.

Para o efeito, e considerando o preconizado a LBPPSOTU estabelece que os planos territoriais determinam a obrigação de integração dos investimentos programados para sua execução nos planos de atividades e nos orçamentos municipais, e devem explicitar as orientações sobre a respetiva execução, pelo que na decorrência da aprovação do Plano, os orçamentos municipais devem assegurar, nos termos legais, o seu financiamento e execução.

As ações que se desenvolvem no presente documento não prejudicam a necessária cooperação entre entidades públicas e privadas para a global execução do plano, sendo enunciadas apenas aquelas que requerem a intervenção e financiamento público municipal, para além da atividade corrente e contínua do Município no exercício das suas atribuições, competências e responsabilidades.

Esclarece-se ainda que a execução do Plano não se pode entender sem a colaboração, cooperação e compromisso na atuação dos privados e que, as propostas apresentadas neste Programa, encontram-se alinhadas com a estratégia definida no PDM-Cascais (2015), concretizando, com a entrada do novo quadro legal (LBPPSOTU e RJIGT), a fundamentação técnica que garanta a sustentabilidade económica e financeira das ações propostas, exclusivamente, na presente Alteração do Plano.

## **2. OPORTUNIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO AO NOVO RJIGT**

Ao longo de cinco anos desde a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, foram realizadas três alterações, sobretudo no sentido de o compatibilizar a novas leis e regulamentos, que foram entretanto publicados, destacando-se a adaptação para compatibilização com o PNSC, POOC Sintra-Sado e POOC Cidadela-São Julião da Barra e a adaptação para compatibilização com o Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE).

Com efeito, e após a publicação do Plano, assistiu-se à publicação de legislação e à revisão de documentos, entre os quais o RJIGT, que por força da obrigatoriedade da sua aplicação define um período para a adequação dos Planos Municipais às novas disposições, sobretudo a inclusão das novas regras de classificação e qualificação dos solos, num prazo máximo de 5 anos contados a partir da sua entrada em vigor.

Entre a legislação entretanto publicada e a considerar no presente procedimento de Adequação ao novo RJIGT, destacam-se:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, que introduziu mudanças no processo de classificação e qualificação do solo, designadamente na eliminação da categoria de solo urbanizável e na indispensabilidade de fazer depender a transformação do solo e a sua classificação, como urbano, de uma opção de planeamento e da demonstração da sua viabilidade, programação e contratualização.
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT) – que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação. Em virtude de se tratar de documento que operou uma profunda reforma no modelo de classificação do solo, pela eliminação da categoria operativa de solo urbanizável, correspondendo agora o solo urbano ao que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação, e correspondendo o solo rústico àquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação e valorização de recursos naturais, à exploração de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo e recreio, e àquele que não seja classificado como urbano, deve o PDM rever a atual classificação do solo, em rústico ou urbano, no cumprimento das atuais regras de classificação, assumindo relevância a demonstração da sustentabilidade económica e financeira aquando da transformação do solo

rústico em urbano através de indicadores demográficos e dos níveis de oferta e procura do solo urbano. Com efeito, e em acordo com as novas regras, a classificação do solo como urbano deverá ser limitada ao indispensável e ser sustentável dos pontos de vista económico e financeiro, traduzindo uma opção de planeamento, objeto de contratualização, fixando-se prazo para a sua execução.

- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto – que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional, e que assentam na diferenciação entre as classes de solo rústico e de solo urbano, de acordo com os princípios fundamentais da compatibilidade de usos, da graduação, da preferência de usos e da estabilidade, e do conceito de utilização dominante de uma categoria de solo como afetação funcional prevalecente.
- Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro - estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional e o Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro, que estabelece as normas e especificações técnicas da cartografia topográfica a utilizar na elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais.

Face ao que antecede, e em particular, relativamente à concretização da sustentabilidade económica e financeira da programação decorrente da Adequação do Plano, perante a necessidade de integrar um conjunto de iniciativas de carácter público e privado, consideradas convergentes com os objetivos de desenvolvimento territorial do PDM aprovado em 2015 e com o novo enquadramento legal, foi desenvolvido o presente Aditamento ao Programa, sustentando a implementação das opções de desenvolvimento para as áreas do território municipal que se verifica nova classificação do solo e reequação das infraestruturas, contribuindo ainda, para a consolidação da estratégia do PDM em vigor.



### 3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O PDM-Cascais 2015 estabeleceu as orientações e as políticas de ordenamento e de urbanismo para o desenvolvimento sustentável do Concelho, numa ótica de coesão territorial. Assim, no âmbito da alteração do PDM para adequação ao novo RJGT, o Município prossegue a sua ação no sentido da consolidação da estratégia de desenvolvimento, renovando o compromisso com os respetivos eixos estratégicos:

- ✓ **Cascais, território com qualidade de vida urbana**
  - Criar espaços públicos de qualidade e de proximidade;
  - Promover a conectividade territorial;
- ✓ **Cascais, território de criatividade, conhecimento e inovação**
  - Estimular a competitividade e a cooperação, criando novos nós de valor acrescentado;
  - Estimular a atividade económica de elevado perfil;
- ✓ **Cascais, território de valores ambientais**
  - Reduzir a pressão sobre os recursos;
  - Encorajar e facilitar a consciência ecológica;
- ✓ **Cascais, território coeso e inclusivo**
  - Apostar na diversidade social;
  - Fomentar a dinamização social inclusiva.

Alinhados com estes eixos, e com a Estratégia Municipal Cascais 2025, entretanto apresentada, a Câmara Municipal pretende reafirmar na presente Alteração o seu compromisso com uma política de consolidação do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, de Cascais, com o enfoque da sua ação dirigido para a Saúde, a Educação, o Emprego, a Economia e a Inovação, a Cultura, a Mobilidade e o Ambiente.

Também a integração das orientações dos objetivos para o desenvolvimento sustentável definidos pela ONU (ODS 2030 Cascais), na fundamentação das opções de planeamento e no processo de suporte à decisão, na ótica do processo global “*People First Public-Private Partnerships for the United Nations Sustainable Development Goals*” (PPPs\_UN\_ODS-2030), constitui um compromisso do Município de Cascais.

É, igualmente prioritária, a dinamização da transição para a economia circular, sublinhando as vantagens económicas, promovendo o envolvimento das empresas, a tecnologia, os novos modelos de negócio, o desenvolvimento das energias renováveis e as novas formas de reciclagem.

Os investimentos e ações decorrentes da Alteração do Plano estão diretamente relacionados com os eixos e objetivos estratégicos determinados pelo modelo territorial para o território municipal do PDM em vigor, procurando-se no presente documento identificar as novas ações gerais para efeitos de Adequação ao Novo RJIGT, constantes do aditamento ao plano de financiamento que se apresenta no ponto 5 e respectivos Anexos.

#### 4. PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO

No atual RJIGT é estabelecido que o programa de execução do PDM deve conter as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias, assim como a sustentação da sua sustentabilidade económica.

A LBPPSOTU estabelece que os planos territoriais determinam a obrigação de integração dos investimentos programados para a sua execução nos planos de atividades e nos orçamentos municipais, e devem explicitar as orientações sobre a forma da respetiva execução, pelo que na decorrência da aprovação do Plano, os orçamentos municipais devem assegurar, nos termos legais, o seu financiamento e execução.

A programação da execução do Plano tem por finalidade a antecipação dos termos e momentos de atuação das ações previstas pelo Plano por forma a assegurar a sua organização e integração, assim como estabelecer uma previsibilidade aos fundos necessários à execução do Plano. Permite ainda a organização e o estabelecimento programado de parcerias conjugadas com outros intervenientes, em momento adequado à realização dos objetivos do Plano. Adicionalmente permite a criação de um quadro de transparência para com a sociedade, e de um quadro de confiança entre todos os atores.

Estabelece o RJIGT que o Programa de Execução acompanha o Plano, contendo, designadamente, as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais a longo prazo, tendo em consideração os objetivos do Plano e suas prioridades, e os recursos económico-financeiros municipais disponíveis ao longo do período de execução do plano. Para a sua execução estabelece-se a seguinte programação:

- ✓ As ações do PDM Cascais estão programadas tendo em conta um horizonte temporal de dez anos (2015-2025), tendo por base os seguintes critérios: curto prazo, médio prazo e longo prazo.
- ✓ No âmbito do presente aditamento à programação, considera-se que o conjunto de ações propostas deverão ser concretizadas de imediato com a entrada em vigor do Plano, por constituírem ações essenciais à aplicação e cumprimento do próprio plano, e devem estar concluídas em 2025.
- ✓ O elenco de ações constantes do presente aditamento ao Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM Cascais, não prejudica ações de natureza transversal de políticas globais que servem também à concretização dos referidos objetivos e eixos estratégicos, nem aquelas que possam advir na normal dinâmica de execução do Plano.

#### 4.1 TIPOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO DO PLANO

No relatório do plano do PDM-Cascais é justificado e desenvolvido o modelo de ordenamento do território e o papel das UOPG (Unidades Operativas de Planeamento e Gestão) na consecução deste modelo.

As UOPG e as SUB-UOPG destinam-se ao enquadramento de iniciativas e desenvolvimentos territoriais de singularidade relevantes para o Município de Cascais que concorram expressivamente para a concretização dos eixos e objetivos estratégicos do PDM-Cascais.

As iniciativas a desenvolver nas UOPG, através de soluções de conjunto coordenadas pelo município e em cooperação ou com a colaboração de entidades públicas e privadas, visam a estruturação e qualificação do território, garantindo a dotação e/ou a execução das infraestruturas territoriais e urbanas, dos espaços verdes e dos equipamentos de utilização coletiva fundamentais ao desenvolvimento sustentável do concelho.

É neste contexto que o plano define 10 UOPG, que cobrem a totalidade do território do município e que definem territórios homogéneos, com relativa autonomia funcional, polarizados por um centro urbano, que permitem a definição de um programa coerente de projetos estruturantes que concorram para a estratégia global do município e que, pela sua escala, asseguram maior eficácia na governação do território.

As subunidades operativas de planeamento e gestão (SUB-UOPG) constituem áreas territoriais devidamente delimitadas e para as quais se encontram definidos os objetivos programáticos e os parâmetros específicos.

Foram definidas no Plano as seguintes UOPG e SUB-UOPG, de acordo com os objetivos estratégicos enunciados anteriormente:

Tabela 1 - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão definidas no Plano

UOPG	Localização/Descrição	SUB-UOPG
UOPG 1	<p>A UOPG 1 coincide, grosso modo, com a área do Parque Natural de Sintra-Cascais afeta ao Município de Cascais, compreendendo um território de características eminentemente rurais, com uma expressão significativa de faixa litoral de especial valor ecológico, de elevada biodiversidade e qualidade paisagística e ambiental.</p> <p>Sendo o Município de Cascais um território marcado pela urbanidade e cosmopolitismo, esta UOPG representa uma área de singularidade que se afirma pela preservação dos valores culturais, naturais e de biodiversidade. Entre o mar e a serra, esta singularidade constitui uma importante oportunidade de desenvolvimento territorial baseado na sustentabilidade, reduzindo a pressão sobre os recursos e encorajando e facilitando a consciência ecológica.</p>	Sub-UOPG 1.1: Biscaia
		Sub-UOPG 1.2: Figueira do Guincho
		Sub-UOPG 1.3: Malveira da Serra e Janes
		Sub-UOPG 1.4: Zambujeiro
		Sub-UOPG 1.5: Alcorvim de Cima
		Sub-UOPG 1.6: Alcorvim de Baixo
		Sub-UOPG 1.7: Charneca
		Sub-UOPG 1.8: Murches
		Sub-UOPG 1.9: Troço de costa Guincho-Guia
UOPG 2	<p>A UOPG 2 localiza-se na zona norte do concelho, sofrendo forte influência da paisagem natural e cultural da Serra de Sintra. Faz fronteira e estabelece a principal ligação rodoviária com o Município de Sintra. Integra equipamentos e unidades de comércio e serviços de grande relevância estratégica e de interesse supramunicipal, designadamente o Hospital de Cascais, o Hospital Escola de Alcoitão e o Autódromo do Estoril, entre outros.</p> <p>Encontra-se particularmente bem servida em termos de acessibilidades, nomeadamente através da A5 e A16, estando ainda prevista a concretização da Via Longitudinal Norte e a implementação de um TPSP estruturador da coroa norte do Concelho de Cascais e que possibilitará ainda uma ligação ao Concelho de Sintra</p>	Sub-UOPG 2.1: Cabreiro
		Sub-UOPG 2.2: Alcabideche
		Sub-UOPG 2.3: Atrozela
		Sub-UOPG 2.4: Autódromo e Aglomerado da Ribeira da Penha Longa
		Sub-UOPG 2.5: Cluster de Equipamento do Cabreiro
		Sub-UOPG 2.6: Cabreiro Poente /Hospital
		Sub-UOPG 2.7: Cruz de Pôpa
		Sub-UOPG 2.7: Cruz de Pôpa
		Sub-UOPG 2.8: Remate Poente de Alcabideche
		Sub-UOPG 2.9 – Alcabideche Sul
Sub-UOPG 2.10 - Parque Urbano da Adroana		
UOPG 3	<p>A UOPG 3 corresponde, na generalidade, ao vale da Ribeira de Caparide e afirma-se como espaço de singularidade paisagística e de elevada biodiversidade, num território municipal marcadamente urbano e cosmopolita.</p> <p>Por razões geográficas e históricas, esta área do Município conservou os traços e a memória de Cascais como espaço de produção agrícola, intimamente ligado à produção da Vinha e do Vinho de Carcavelos. Por esta razão, a UOPG 3 apresenta uma concentração significativa de imóveis classificados e de reconhecido valor no âmbito do património arquitetónico, os quais, aliados à preservação da estrutura fundiária secular e correspondente paisagem contribuem para a caracterização desta unidade como valor cultural e paisagístico.</p>	Não aplicável.

UOPG	Localização/Descrição	SUB-UOPG
UOPG 4	A UOPG 4, localizada no topo nordeste do concelho, apesar de uma ocupação dispersa e casuística do território, integra vários núcleos urbanos outrora ligados a atividades do sector primário, articulados por uma rede rodoviária deficiente, face ao enorme fluxo de tráfego pesado de atravessamento no eixo norte/sul. Esta UOPG incorpora ainda importantes infraestruturas e equipamentos com influência supraconcelhia, de que o Aeródromo Municipal de Cascais e o Ecoparque de Trajouce são exemplos.	Sub-UOPG 4.1: Futuro Eco-Parque Empresarial e Logístico de Trajouce
		Sub-UOPG 4.2: Trajouce (I)
		Sub-UOPG 4.3: Trajouce (II)
UOPG 5	<p>A UOPG 5 localiza-se na zona sudoeste do concelho entre a singular paisagem do Parque Natural de Sintra-Cascais junto ao Cabo Raso, a poente, e o centro da Vila de Cascais, a nascente, e é limitada a sul pela faixa costeira atlântica.</p> <p>De características marcadamente turísticas, apresenta uma elevada concentração e diversificação de empreendimentos turísticos e de estabelecimentos de restauração de excelente qualidade, complementadas por equipamentos ligados ao golfe, ao desporto e lazer equestre, bem como às atividades náuticas, conectadas por uma rede estruturada de mobilidade em modos suaves, integradas numa paisagem e ambiente único.</p>	Não aplicável.
UOPG 6	<p>A UOPG 6, balizada a nascente pela área residencial do Estoril e pelo campo de golfe, a poente por espaços de cariz eminentemente natural, a sul por áreas com forte vocação turística e funções urbanas de centralidade a nível concelhio e a norte por uma zona caracterizada por um emergente desenvolvimento do sector terciário, assume uma posição geoestratégica favorável à concentração de capital humano.</p> <p>Caracterizada por padrões de estruturação urbana, de acessibilidades, de desenho urbano indutor de conforto, de qualidade de vida e de segurança de nível superior, este território garante à população residente, e demais utilizadores, acesso privilegiado às principais áreas de suporte à vida social.</p>	Sub-UOPG 6.1: Birre/Areia
		Sub-UOPG 6.2: Areia
UOPG 7	A UOPG 7, sobranceira ao mar, delimitada a norte por uma área residencial de qualidade e a poente por um território de vocação assumidamente turística, caracteriza-se por exercer funções de centralidade de nível municipal. Simultaneamente, oferece espaços residenciais que respeitam os mais elevados padrões de qualidade urbanística, onde a estrutura urbana existente enaltece os valores culturais existentes, permitindo-lhe assumir um importante papel ao nível do turismo nas suas diversas vertentes.	Sub-UOPG 7.1: Entrada de Cascais
		Sub-UOPG 7.2: Cascais Villa
		Sub-UOPG 7.3: Marina de Cascais
		Sub-UOPG 7.4: Envolvente do antigo Hospital de Cascais
UOPG 8	<p>A UOPG 8 é balizada a nascente por espaços de cariz eminentemente rural – o Vale de Caparide, a poente pela área residencial do Estoril que se estende a norte pelo campo de golfe, a sul por áreas com forte vocação turística e funções urbanas de centralidade a nível concelhio, e a norte por um emergente setor terciário.</p> <p>Conheceu várias dinâmicas de crescimento e de transformação descontrolada até fins do século passado. Constituída maioritariamente por áreas urbanas de génese ilegal e antigas quintas de produção agrícola, usufrui de uma ligação direta à A5, no nó do Estoril, estando ainda prevista, em termos de melhoramento das infraestruturas rodoviárias, a concretização da Circular Nascente a S. João do Estoril e a Circular Nascente a S. Pedro do Estoril, as quais irão possibilitar o incremento dos níveis de segregação, segurança e fluidez de trânsito na ligação norte / sul desta zona do concelho, nomeadamente entre a VLN e a A5, bem como a melhoria do serviço de transportes públicos.</p> <p>Caracteriza-se como uma área predominantemente residencial, com carências ao nível de infraestruturas e equipamentos.</p>	Não aplicável.

UOPG	Localização/Descrição	SUB-UOPG
UOPG 9	<p>A UOPG 9 é balizada a nascente pelo Concelho de Oeiras, a poente pelo Vale de Caparide, a norte pela coroa Tires-Abóboda-Trajouce e a sul pela coroa Arneiro-Zambujal-Murtal. Esta conheceu intensas dinâmicas de crescimento e de transformação descontrolada em larga escala até fins do século passado. Constituída maioritariamente por áreas urbanas de génese ilegal, apresenta uma estrutura viária caracterizada por um traçado orgânico, sinuoso e de perfil insuficiente para o volume de tráfego e tipo de fluxos elevados que regista diariamente (ligeiros e pesados).</p> <p>A A5 constitui-se como traço marcante e identificador desta área do município, permitindo o acesso direto ao restante território municipal, bem como ao centro de Lisboa e conseqüentemente a toda a AML.</p> <p>Fruto do seu tipo de crescimento, caracteriza-se como uma área predominantemente residencial, com carências ao nível de infraestruturas e equipamentos, onde se destaca a existência de indústrias de pequena escala (a norte), de centros de logística e, recentemente, de superfícies comerciais de dimensão relevante.</p>	Sub-UOPG 9.1: Conceição da Abóboda
		Sub-UOPG 9.2: PP do Arneiro e PP de Sassoeiros Norte
		Sub-UOPG 9.3: PP de Freiria
		Sub-UOPG 9.4: Bairro das Faceiras
UOPG 10	<p>A UOPG 10, localizada no sudeste do concelho e confinante com o Município de Oeiras, integra dois núcleos urbanos históricos com interesse patrimonial, as vilas da Parede e de Carcavelos. Fruto da sua localização geográfica, goza de amplos e notáveis panoramas paisagísticos e de uma privilegiada relação com o mar.</p> <p>Esta UOPG integra ainda importantes equipamentos para a atratividade do concelho, designadamente de relevância histórica, como o Hospital de Sant'Ana ou a oferta de residências assistidas.</p>	Sub-UOPG 10.1: PP Quinta do Barão
		Sub-UOPG 10.2: PP Carcavelos Sul
		Sub-UOPG 10.3: Espaço de empreendimentos turísticos de Carcavelos Sudeste

Para cada uma destas UOPG foram definidos uma série de objetivos programáticos que permitiram, de forma integrada, enumerar as medidas e ações a considerar na fase de execução do plano.

Dando continuidade à estratégia definida no PDM-Cascais 2015, e por forma a garantir a sustentabilidade económica e financeira da programação da presente Adequação ao RJGT, são detalhadas no Anexo I as ações que resultam da alteração à proposta de ordenamento. Para cada uma destas ações, as fichas fundamentam as soluções propostas, numa lógica de sustentabilidade territorial e financeira.

No que se refere em particular à ocupação do solo urbano surgem, duas situações diferenciadas:

- a) Por um lado, as áreas urbanas já consolidadas e totalmente infraestruturadas, onde as novas intervenções se limitam à colmatação e que não necessitam, por isso, de planificação prévia (para além da inerente ao projeto e à sua integração na envolvente). Nestes espaços a execução faz-se através das operações urbanísticas previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) sem necessidade de previsão de mecanismos específicos de programação do solo, exceto sempre que o Município o entender por conveniente;
- b) Por outro lado, as áreas parcialmente infraestruturadas, que poderão justificar o recurso a intervenções suportadas em projetos urbanos que detalhem a sua conceção, devendo o

Município avaliar a sua concretização por via da constituição de Unidades de Execução (UE) ou Planos de Pormenor (PP).

A transformação do solo deverá perseguir uma perspetiva de sustentabilidade económica e territorial a par de um desenvolvimento urbano coerente e progressivo, preferencialmente mediante a elaboração de PP, de operações de loteamento ou de UE, de iniciativa pública ou privada, e da execução de obras de infraestruturização estabelecendo-se, assim, um programa equilibrado e sustentado economicamente para uma ocupação qualificada do espaço e fomentando a diversidade de usos.



## 4.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO

No Programa de Execução encontram-se inscritas e programadas um conjunto de ações, financiadas diretamente pela Câmara Municipal de Cascais (CMC) e por outras entidades que intervêm no território municipal, nomeadamente, Entidades participadas financeiramente pela CMC, Administração Central, Fundos Comunitários e entidades Privadas. Estas ações incidem sobre os cinco eixos considerados prioritários para o horizonte do PDM e para a implementação das estratégias do PDM-Cascais.

- Eixo 1: Cascais, Território de Qualidade de Vida Urbana;
- Eixo 2: Cascais, Território de Criatividade, Conhecimento e Inovação;
- Eixo 3: Cascais, Território de Valores Ambientais;
- Eixo 4: Cascais, Território Coeso e Inclusivo;
- Eixo 5: Cascais, Território de Cidadania Ativa.

O faseamento do PDM Cascais em vigor estabelece como período de execução do PDM os dez anos, num horizonte temporal 2015-2025, e foi elaborado tendo em conta os seguintes critérios:

- Prioridade das intervenções;
- Articulação entre outros instrumentos de gestão territorial (IGT), designadamente, planos sectoriais, regionais ou municipais, estudos, projetos ou procedimentos municipais em curso ou a desenvolver (integrando a cooperação de execução com entidades públicas e privadas);
  - Distribuição geográfica pelo território municipal;
- Abrangência territorial;
- Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) onde se insere;
- Responsabilidade de financiamento para cada ação a executar no território.

A programação das ações encontra-se associada a uma prioridade de execução, estabelecida a:

Curto Prazo, Médio Prazo e Longo Prazo.

No Anexo III apresenta-se um aditamento ao programa de execução, apresentado num quadro, o qual compreende o número de novas ações a desenvolver (nos termos acima identificados), assim como uma estimativa de investimento e as fontes de financiamento possíveis para a concretização dos eixos estratégicos do Plano.

### **4.3 PROPOSTAS SETORIAIS**

No processo de elaboração do presente aditamento ao Programa identificaram-se, então, as ações que concorrem para a materialização do plano, meios de financiamento associados e calendário estimado de execução. De referir porém que a concretização da Adequação ao novo RJIGT do PDM de Cascais, não se esgota nas ações e projetos enunciados, embora sejam estes que, por um lado assumem uma maior relevância no contexto de ordenamento e desenvolvimento territoriais, e por outro, que são passíveis de programar e de perspetivar no atual contexto político-económico.

Para além dos aspetos conjunturais, que podem determinar alterações ou mesmo inversão nas prioridades estabelecidas, deve ter-se em conta que a execução de parte das intervenções previstas depende de políticas sectoriais, assim como da disponibilidade financeira das várias fontes consideradas (município, fundos comunitários, etc.).

#### **4.3.1. Rede Rodoviária**

São propostas pontuais, alinhadas com a estratégia do PDM-Cascais aprovado em 2015, decorrendo de uma atitude de contenção, que se considerou adequada e necessária face ao atual desempenho das infraestruturas viárias implementadas no território.

Estas ações correspondem ao estabelecimento de uma estrutura de circulação hierarquizada, que passa pela otimização e qualificação das vias existentes e pela criação de novos troços articuladores, pontuais e de curta extensão, que se destinam a suprir as dificuldades e carências identificadas na rede atual. Enumeram-se uma a uma, em concreto, as propostas integradas nesta alteração, para a qualificação e melhor explicitação da rede rodoviária.

#### **4.3.2. Áreas a classificar como solo urbano e solo rústico**

As operações urbanísticas propostas devem traduzir-se, na maior parte dos casos, em intervenções programadas e integradas, de iniciativa mista (municipal e privada), que serão desenvolvidas no âmbito de unidades de execução.

De realçar que a concretização da maioria dos projetos não se encontra exclusivamente dependente da iniciativa municipal, não podendo por isso ser imputada ao município a responsabilidade pela sua eventual não concretização, sobretudo num contexto como o atual.

---

Estes fatores também contribuem para o facto de não ser possível estimar, de momento, o custo associado a estes; contudo, procurou-se identificar no calendário de programação do PDM-Cascais (2015-2025), considerando o interesse e a relevância estratégica destas áreas para o Município, identificando-se no Plano de Financiamento como investimento privado.

Por uma questão de simplificação da análise dos projetos (infraestruturas) e das intervenções programadas (áreas a classificar), as propostas de ações encontram-se sistematizadas por domínios de intervenção, seguindo o contexto metodológico adotado na presente Adequação ao novo RJGT.

## 5. PLANO DE FINANCIAMENTO

A LBPPSOTU e o RJIGT determinam o princípio da autossustentabilidade financeira dos instrumentos de gestão território, devendo as ações ser sustentadas no tempo, agentes envolvidos e orçamento.

Os princípios gerais do financiamento das infraestruturas urbanísticas estão descritos no artigo 62.º da LBPPSOTU no artigo 62.º:

1. “A execução de infraestruturas urbanísticas e de equipamentos de utilização coletiva pelo Estado, pelas regiões autónomas e pelas autarquias locais obedecem a critérios de eficiência e sustentabilidade financeira, sem prejuízo da coesão territorial.
2. Para efeitos do número anterior, qualquer decisão de criação de infraestruturas urbanísticas é precedida da demonstração do seu interesse económico e da sustentabilidade financeira da respetiva operação, incluindo os encargos de conservação, justificadas pela entidade competente no âmbito da programação nacional, regional ou intermunicipal.
3. Os municípios elaboram obrigatoriamente um programa de financiamento urbanístico que integra o programa plurianual de investimentos municipais na execução, na manutenção e no reforço das infraestruturas e a previsão de custos de gestão urbana e identifica, de forma explícita, as fontes de financiamento para cada um dos compromissos previstos.
4. Os municípios devem constituir um fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística, ao qual são afetas receitas resultantes da redistribuição de mais-valias, com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, sem prejuízo do município poder afetar outras receitas urbanísticas a este fundo, com vista a promover a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público.
5. Os instrumentos tributários podem ter taxas de tributação diferenciadas em função dos custos das infraestruturas territoriais disponibilizadas, da respetiva utilização e de opções de incentivo ou desincentivo justificadas por objetivos de ambiente e ordenamento do território.”

No artigo 172.º do RJIGT, são descritos os princípios gerais do regime económico-financeiro dos instrumentos de gestão do território:

1. “A regulação fundiária é indispensável ao ordenamento do território, com vista ao aproveitamento pleno dos recursos naturais, do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, à organização eficiente do mercado imobiliário, ao desenvolvimento económico sustentável e à redistribuição justa de benefícios e encargos.

2. Os programas e planos territoriais são financeiramente sustentáveis, justificando os fundamentos das opções de planeamento e garantindo a sua infraestruturização, identificando as mais-valias fundiárias, bem como a definição dos critérios para a sua parametrização e redistribuição.
3. A execução de infraestruturas urbanísticas e de equipamentos de utilização coletiva obedece a critérios de eficiência e sustentabilidade financeira, sem prejuízo da coesão territorial.”

De acordo com a alínea d) do número 2 do artigo 97.º do RJIGT, o plano diretor municipal é acompanhado pelo plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira.

O presente aditamento ao plano de financiamento visa dar continuidade ao modelo de financiamento adotado das intervenções no território constantes no programa de execução aos três públicos-alvo do concelho: os residentes, os investidores e os visitantes. Pretende-se que este plano contenha as linhas de atuação indicativas dos meios de financiamento que permitirão a execução das intervenções municipais decorrentes da Adequação ao RJIGT.

## **5.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS OPÇÕES DO PLANO**

A classificação do solo urbano vs. solo rústico teve por base uma análise caso a caso, conforme demonstra o Anexo I do presente documento, considerando as características fisiográficas do meio, as necessidades habitacionais, de comércio, serviços e equipamentos do território municipal, assim como do traçado das redes de infraestruturas existentes e propostas, permitindo, por um lado, a prossecução de um crescimento urbano mais racional e ordenado, e por outro, dar continuidade à concretização da estratégia já preconizada no PDM em 2015.

As opções de transformação do solo urbanizável em solo urbano foram ponderadas numa ótica de sustentabilidade económica e territorial, a par de um desenvolvimento urbano coerente e progressivo, concretizadas num programa equilibrado para uma ocupação qualificada do espaço, garantindo para cada ação uma programação dos investimentos para a execução e manutenção das redes de infraestruturas e dimensionamento de equipamentos e de espaços verdes.

A concretização das opções em solo urbano, para além de atender à sua efetiva necessidade, teve igualmente em consideração um conjunto de preocupações, fundamentais para a sustentabilidade territorial, económica e ambiental e para a qualificação do ambiente urbano, e consequentemente da qualidade de vida das populações, nomeadamente, procurando dar prioridade às áreas imediatamente contíguas aos espaços já edificados e infraestruturados e programado, colmatando as redes de infraestruturas, as áreas habitacionais, os serviços, o comércio, a indústria e turismo, os espaços verdes e os equipamentos de utilização coletiva.

As áreas de consolidação que se encontram previstas na Adequação do PDM Cascais ao RJIGT constituem espaços parcialmente infraestruturados confinantes com os núcleos urbanos estabilizados e sobre os quais se verifica uma maior apetência para o desenvolvimento urbano, sendo-lhes reconhecida a necessidade de serem submetidas a operações urbanísticas. A ocupação destes espaços destina-se a funções que possam concorrer para a necessária multifuncionalidade e detenham um papel complementar à envolvente territorial onde se inserem.

## **5.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

O presente Aditamento ao Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM-Cascais elaborado no âmbito do processo de alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais, propõe 26 novas ações a executar, essenciais à estratégia concertada. Estas ações incidem sobre o Eixo 1: Cascais, Território de Qualidade de Vida Urbana.

As estimativas apresentadas são estabelecidas considerando o âmbito, objeto e abrangência das ações, à data de elaboração do Plano, devendo ser consideradas indicativas. O desenvolvimento dos diferentes planos, programas, estudos e projetos melhor determinará o seu custo, e identificará com rigor a sua fonte de financiamento, de entre aquelas identificadas no presente relatório ou outras que se venham a revelar disponíveis.

Encontram-se assim programadas, temporal e financeiramente as ações propostas pelo Aditamento do Plano, correspondendo a um investimento direto de 6,1 milhões de Euros da Câmara Municipal de Cascais, conforme demonstra a tabela seguinte:

*Tabela 2 - Investimento por fontes de financiamento*

EIXOS ESTRATÉGICOS	nº Ações	Valor Total Investimento Estimado	Financiamento						
			CMC Direto	Empresas Municipais	Empresas participadas pela CMC*	Orçamento de Estado	Fundos Comunitários Direto	Fundos Comunitários Indireto	Financiamento de privados
Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	85	354 188 557 €	294 134 537 €	3 500 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	56 554 021 €
Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana (novas ações propostas no âmbito da Alteração do PDM para Adequação ao RJIGT)	27	930 111 235 €	6 108 700 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	924 002 535 €
Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	10	30 898 060 €	20 123 410 €	0 €	3 550 000 €	0 €	1 450 000 €	0 €	5 774 650 €
Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	22	100 553 602 €	39 076 500 €	3 852 500 €	47 387 102 €	0 €	1 000 000 €	4 725 000 €	4 512 500 €
Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	66	181 594 915 €	117 886 324 €	0 €	390 000 €	37 689 200 €	387 044 €	805 000 €	24 437 348 €
Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	1	40 000 €	40 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
<b>TOTAL</b>	<b>211</b>	<b>1 597 386 370 €</b>	<b>477 369 471 €</b>	<b>7 352 500 €</b>	<b>51 327 102 €</b>	<b>37 689 200 €</b>	<b>2 837 044 €</b>	<b>5 530 000 €</b>	<b>1 015 281 053 €</b>

### 5.3 FONTES DE FINANCIAMENTO MUNICIPAL

Consideram-se como fontes de financiamento potencial e ou complementar os programas nacionais e os programas europeus ou internacionais.

As fontes de financiamento referente a fundos, genericamente de seguida enunciados, são as que na presente data se podem identificar, sem prejuízo da apresentação da correspondente candidatura ou de serem promovidas outras fontes que não são elencadas ou futuros programas de investimento.

*Tabela 3 - Programas nacionais, comunitários e internacionais de financiamento potencial*

Nacional	União Europeia
PORTUGAL 2020	Comissão Europeia (sítio oficial)
LISBOA 2020	EaSI
MAR 2020	EUCF
PDR 2020	Horizon 2020
COMPETE 2020	Horizon 2020 - European Deal Verde
POISE	INEA - CEF Programme - CONNECTING EUROPE FACILITY
POSEUR	INEA - Innovation Fund (Fundo de Inovação)
Fundo Ambiental	Interreg Atlantic Area
Fundação Calouste Gulbenkian	Interreg Europe
DGPM - Direção-Geral de Política do Mar - Fundo Azul	Interreg MEDiterranean
LIFE PORTUGAL - PROGRAMA LIFE	Interreg Sudoe
ICNF	POCTEP - Interreg Espanha-Portugal
PORTAL SGMAI	UIA - Urban Innovative Actions
PNAE / FEE - Eficiência Energética	URBACT
Turismo de Portugal	EACEA - Education, Audiovisual and Culture Executive Agency
<b>Outros</b>	
EEA GRANTS	



## 6. AVALIAÇÃO DO PLANO

O RJIGT estabelece no n.º 1 do artigo 187.º o dever de promover em permanência a avaliação do Plano, incluindo a adequação e concretização da disciplina nele consagrada, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos nele previstos.

A avaliação do Plano é feita através da monitorização contínua, de acordo com uma matriz de indicadores de base territorial, económica e social, para medir a execução e o efeito das intervenções programadas, de forma quantitativa e qualitativa.

A monitorização do Plano é o contexto de atualização dos processos de planeamento e de gestão do território, com base num sistema contínuo de informação que permite o aperfeiçoamento do(s) instrumentos(s) em função das tendências conjunturais, para a concretização dos objetivos e das políticas territoriais.

A monitorização é feita tendo em conta dois processos paralelos: (i) o acompanhamento, feito através do processo de gestão e controlo da utilização dos recursos na realização das intervenções, com carácter operacional; (ii) e a avaliação do Plano que assenta na aplicação da matriz de indicadores, regulando o desvio do cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Em análise, a avaliação do Plano é a medição da eficiência e eficácia da programação das intervenções, e a adequação entre recursos, a gestão dos mesmos e os resultados obtidos, apreciando a adequação da estratégia, feita com base num diagnóstico, à realidade territorial.

Desta forma, a avaliação do Plano é feita a três tempos:

1. Avaliação preparatória – diagnóstico que antecede o desenvolvimento de propostas de alteração às intervenções já previstas, que devem alcançar os objetivos e resultados também previstos;
2. Avaliação contínua – exercício de avaliação durante a execução da intervenção, dando o feedback do processo de implementação com vista à correção de irregularidades que possam surgir;
3. Avaliação posterior – ocorre após a execução da intervenção, avaliando o impacto e a eficiência para a concretização do objetivo em causa, assim como a sustentabilidade dos efeitos provocados.

## 6.1 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O presente Plano foi acompanhado de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), nos termos do regime de avaliação de programas, planos e projetos estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. O documento de AAE acompanha as peças processuais do Plano e os indicadores de monitorização foram incorporados no quadro de avaliação que se apresenta no presente documento.

A avaliação em planeamento territorial com base em aspetos técnicos é historicamente uma matéria que gerou muito interesse e a teorização de vários métodos, cuja base comum é a integração na gestão urbanística da componente estratégica e programática para o alcance de um fim (objetivos do Plano). Desta forma, o processo de planeamento e o processo de avaliação são indispensáveis para “guiar” a execução das intervenções na disciplina da gestão urbanística.

A avaliação deve ser desenvolvida em três fases: durante a elaboração do Plano (avaliação preparatória ou ex-ante), durante a implementação (avaliação contínua ou on-going) e após a execução (avaliação posterior ou ex-post).

O Plano projeta uma visão prospetiva do futuro, com base nas necessidades e intenções essencialmente para o melhoramento da qualidade de vida e qualidade do território. A monitorização e avaliação serve de guia para atingir os fins designados, mantendo em vista que o Plano não é em si mesmo um fim, mas é um instrumento cujos efeitos devem ser monitorizados para que não haja a deturpação da intenção de melhoramento da qualidade de vida e qualidade do território diligenciada.

A avaliação do Plano, abrange quer a avaliação do modelo de desenvolvimento, dos seus objetivos, quer a avaliação dos níveis de execução das medidas e ações em concreto, devendo identificar, caso existam, os constrangimentos para as políticas de menor realização, propondo as medidas necessárias à correção, de complemento ou mitigação de efeitos.

A avaliação aparece como um modelo de apoio à decisão que pretende auxiliar a programação da ação por objetivos: sendo a planificação um processo contínuo, torna-se necessário confrontá-la, a par e passo, com o seu objeto (e objetivos). A avaliação surge como reação e intervenção, visando resolver o complexo problema da necessária adequação do processo de planificação à realidade.

Nesta perspetiva, o planeamento é um processo contínuo que suporta a prática de uma gestão, a qual pressupõe um quadro de atribuições, competências e meias traduzidos num processo de otimização da gestão urbanística, que deve ser interativo em termos horizontais e temporais.

A informação de base necessária para a avaliação é assegurada e recolhida pelos serviços municipais, nomeadamente através dos sistemas de informação geográfica, gestão urbanística e gestão financeira.

A avaliação realizar-se-á com base nos relatórios de monitorização anuais, e permitirá:

- Avaliar o nível de concretização dos objetivos, projetos, medidas e ações do Plano;
- Avaliar a necessidade de medidas adicionais, mitigadoras ou corretivas de efeitos, para a efetiva proteção de valores que o Plano visa proteger e para alcançar os objetivos e metas estabelecidas;
- Avaliar a necessidade de estabelecer instrumentos de execução do plano complementares aos que se encontra desde já identificados;
- Avaliar a necessidade de alteração ou revisão do Plano.

A avaliação que se refere anteriormente deve ser incorporada no Relatório de Estado de Ordenamento do Território (REOT), a elaborar de quatro em quatro anos nos termos do artigo 189º do RJIGT. É com base no REOT que se afere a necessidade de modificação dos instrumentos de gestão territorial, devendo ser identificada a fundamentação para o desencadeamento de procedimentos de dinâmica adequados (revisão ou alteração), na medida em que nos termos do n.º 6 do artigo 189.º, a não elaboração do relatório de estado de ordenamento do território nos prazos estabelecidos, determina a impossibilidade de a Câmara Municipal rever os respetivos instrumentos de gestão territorial. O Nos termos do artigo 115º do RJIGT, a alteração aos instrumentos de gestão territorial decorre, entre outros, “da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais subjacentes e que fundamentam as opções definidas no programa ou no Plano.” A revisão dos instrumentos de gestão territorial “implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do programa ou do Plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais.”

Nos termos do n.º 2 do artigo 93º do RJIGT, “os planos municipais devem ser obrigatoriamente revistos quando a respetiva monitorização e avaliação (...) identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido”.

A avaliação do Plano, analisado a concordância ou o desvio face aos seus objetivos, pode determinar a adoção de medidas adicionais, mitigadoras ou corretivas, ou ainda a sua alteração ou revisão do Plano, conduzindo-se assim o processo de planeamento como um ato contínuo.

---

## 7. MONITORIZAÇÃO

A monitorização consiste na recolha periódica e organizada de informação para uma análise sistemática, respondendo às necessidades de conhecimento das ações realizadas, face aos objetivos programados, melhoramento da eficiência do processo de planeamento, prestando contas sobre a utilização dos recursos (responsabilização), e identificação de incompatibilidades ou mudanças de contexto, para as quais se tenha de acautelar ajustamentos ou correções para a materialização dos objetivos.

A monitorização é a base de informação para avaliação do Plano, recolhendo e sistematizando dos dados de execução do Plano e indicando a prosseguimento ou a derivação do programa de execução. Igualmente, a monitorização permite informar sobre a substancialização dos objetivos traçados, confrontando as intenções com as necessidades de correção, avaliando o desempenho do Município.

O mecanismo para a monitorização do Plano é feito pelo estabelecimento da Matriz de Indicadores Territoriais que servem de bitola para medir o desempenho económico, urbano, social e institucional. A Matriz de Indicadores Territoriais deve permitir o controlo sobre a realização dos objetivos do Plano, a implementação das políticas e intervenções constantes do Programa de execução e no Plano de financiamento.

A monitorização com base na Matriz de Indicadores Municipais, produzirá anualmente relatórios de desempenho. Esta Matriz é apresentada no Anexo II deste documento.

## **8. RECOMENDAÇÕES PARA FASES SEGUINTE DO PLANEAMENTO**

Com a Adequação ao novo RJIGT, a CMC contratou uma equipa técnica com vista à coordenação do dossiê da sustentabilidade económico e financeira da proposta de Plano, nas diversas fases que constituem a sua elaboração. Esta equipa é coordenada pela Sr.<sup>a</sup> Professora Doutora Matilde Lavouras da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Doutorada em Ciências Jurídico-económicas.

Do trabalho realizado neste processo, constata-se que, por nos encontrarmos apenas num mero procedimento de Alteração do Plano, e pelo carácter de transversalidade das ferramentas jurídicas e económicas que este novo quadro legislativo de ordenamento do território veio introduzir no sistema de planeamento em Portugal, a avaliação da sustentabilidade financeira e económica deve ser concretizada na próxima Revisão do PDM-Cascais, explorando as matérias identificadas nos pontos seguintes:

### **8.1 FUNDO MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE E COESÃO TERRITORIAL**

A LBPPSOTU estabelece no número 4 do artigo 62.º que o Município deve criar um “ fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística, ao qual são afetas receitas resultantes da redistribuição de mais-valias, com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, sem prejuízo do município poder afetar outras receitas urbanísticas a este fundo, com vista a promover a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público.”.

As fontes de receita do FMSAU, de acordo com o artigo 14.º da Lei de Finanças Local LFL, são as seguintes:

- O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da LFL;
- O produto da cobrança do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT);
- O produto da cobrança de derramas lançadas, nos termos do artigo 18.º da LFL;
- A parcela do produto do imposto único de circulação (IUC) que caiba aos municípios, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho;
- O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo Município, de acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da LFL;

- O produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes da LFL;
- O produto da cobrança de encargos de mais-valias destinados por lei ao Município;
- O produto de multas e coimas fixadas por lei, regulamento ou postura que caibam ao Município;
- O rendimento de bens próprios, móveis ou imóveis, por eles administrados, dados em concessão ou cedidos para exploração;
- A participação nos lucros de sociedades e nos resultados de outras entidades em que o Município tome parte;
- O produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do Município;
- O produto da alienação de bens próprios, móveis ou imóveis;
- O produto de empréstimos, incluindo os resultantes da emissão de obrigações municipais;
- Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios.

O Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU) é constituído para assegurar o fundo de sustentação para a execução das ações do Plano, sejam os projetos previstos ou ações decorrentes da gestão urbanística. Desta forma, as principais premissas do FMSAU são:

- A execução das intervenções programadas no Plano;
- Apoio a intervenções conexas ao cumprimento das intervenções previstas no Plano, desde que estas demonstrem estar em consonância com os objetivos estratégicos;
- Margem financeira para gestão das operações de investimento no território, seja em matéria de reabilitação, sustentabilidade dos ecossistemas, prestação de serviços ambientais ou reforço das redes de infraestruturas, serviços ou equipamentos públicos.

A norma referida acima estabelece ainda que devem ser afetadas as receitas da redistribuição de mais-valias, resultantes da edificabilidade estabelecida no Plano territorial e/ou outras receitas urbanísticas, de acordo com o regime da tributação do património imobiliário estabelecido no artigo 63.º da LBPPSOTU:

- “A tributação do património imobiliário urbano respeita o princípio da equivalência ou do benefício, atendendo ao investimento realizado em habitação com fins sociais, infraestruturas territoriais, equipamentos de utilização coletiva, ações de regeneração e reabilitação urbana, preservação e qualificação ambientais, que beneficiem o desenvolvimento socioeconómico das populações, nos termos da Constituição e da lei.

- A tributação do património imobiliário rústico respeita o princípio da capacidade contributiva, tomando em consideração o rendimento fundiário decorrente de uma utilização eficiente do solo e promovendo o efetivo aproveitamento do mesmo.”

Assim, na próxima Revisão do PDM-Cascais pretende-se concretizar os seguintes objetivos:

- ✓ Avaliar a possibilidade de implementação do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU), nos termos da Lei, dedicado às ações de valorização ambiental e territorial concorrentes e decorrentes do Plano;
- ✓ Estabelecer mecanismos contabilísticos e de gestão financeira que assegurem a efetiva afetação do Fundo;
- ✓ Estabelecer a regulamentação de mobilização do Fundo.

## **8.2 EQUIDADE TERRITORIAL**

O Município de Cascais, no âmbito da equidade territorial, visa os seguintes procedimentos:

- ✓ Desenvolver os estudos necessários à concretização do princípio da igualdade, nomeadamente na distribuição de benefícios e encargos (perequação), tendo por base a escala municipal.
- ✓ Desenvolver parcerias com universidades e a participação em projetos de investigação que promovam o desenvolvimento e aprofundamento do princípio da igualdade no plano diretores municipais, nomeadamente através do recurso à transmissão de títulos de edificabilidade.

## **8.3 TRANSFERÊNCIA DE EDIFICABILIDADE**

No que diz respeito à transferência de edificabilidade, o Município de Cascais compromete-se a:

- ✓ Aprofundar, junto das entidades competentes, os procedimentos necessários à efetivação de um sistema de transferência de edificabilidade (eficaz e eficiente);
- ✓ Desenvolver os estudos necessários a uma efetiva política de solos através da dinamização do mercado de transferência de edificabilidade;
- ✓ Estudar a remuneração dos serviços ecossistémicos através de transferência de edificabilidade;
- ✓ Avaliar o potencial dos títulos resultantes dos terrenos municipais.

---

## **8.4 AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E PLANEAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS**

Ao nível da avaliação da sustentabilidade económica e planeamento das infraestruturas, os objetivos são:

- ✓ Avaliar a eficiência das infraestruturas presentes atualmente no território;
- ✓ Assegurar o pré-dimensionamento das infraestruturas nas áreas de expansão do território municipal, contabilizando no financiamento das infraestruturas o investimento necessário na construção/reabilitação de novas redes, assim como os custos associados à sua manutenção (e eventual desativação em determinadas operações, como por exemplo, indústria).

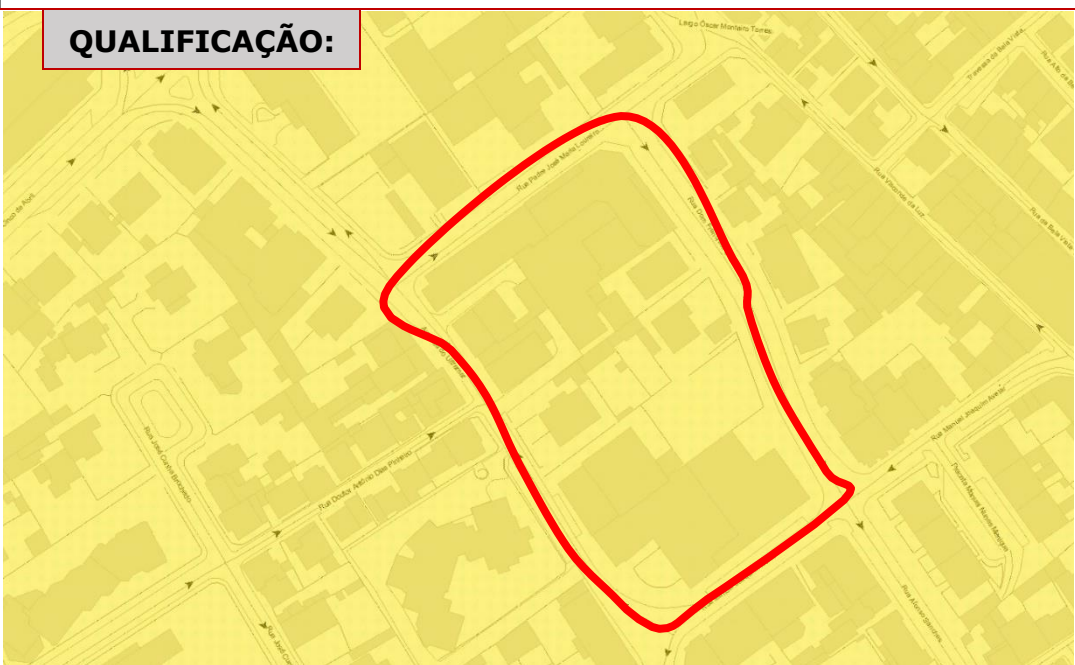


<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>[23.169 m2] – Envolvente do Antigo Hospital</b>	<b>Sub-UOPG 7.4</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
UOPG 7 – “território com qualidade de vida urbana”	<b>[ € 40.545.750 ]</b>

**Descrição e Programação:**

- Sub-UOPG 7.11.- Quarteirão do antigo Hospital de Cascais – Corresponde ao quarteirão envolvente do antigo Hospital de Cascais.
- A memória do antigo hospital está muito enraizada na população da Vila pelo que o tratamento desta zona deverá constituir uma mais-valia vivencial e urbana.
- Importa assim que todo o quarteirão seja intervencionado conferindo-lhe características homogêneas e vivenciais consentâneas com o Centro Histórico onde se insere propondo-se que seja(m) desenvolvido(s) projeto(s) onde se admite manter a estrutura edificada do Cascais Center, com a valência de serviços ou habitacional. O resto do quarteirão deverá ter uma imagem com um embasamento de um piso acima do solo – podendo ser dois tendo em conta a topografia do terreno – com usos mistos e, acima deste, se desenvolvam volumes habitacionais. Estes volumes deverão estar organizados por forma a criar um pátio interior, acessível ao público, onde se possam ter ambientes verdes de estadia apoiados por comércio, serviços e restauração. Admite-se que este pátio interior seja construído em cotas inferiores às das vias circundantes de forma ao mesmo usufruir dos usos de comércio, serviços e restauração dos pisos de embasamento, atribuindo-se o uso habitacionais nos superiores.
- Tendo em conta a diversidade de tipologias e de proprietários admite-se que a concretização desta intensão seja efetivada num só projeto ou em projetos individuais desde que se compatibilizem entre si.



**Designação da Ação:**

[42.695 m2] – Espaço Habitacional - Bairro das Faceiras

**ID:**

Sub-UOPG 9.4

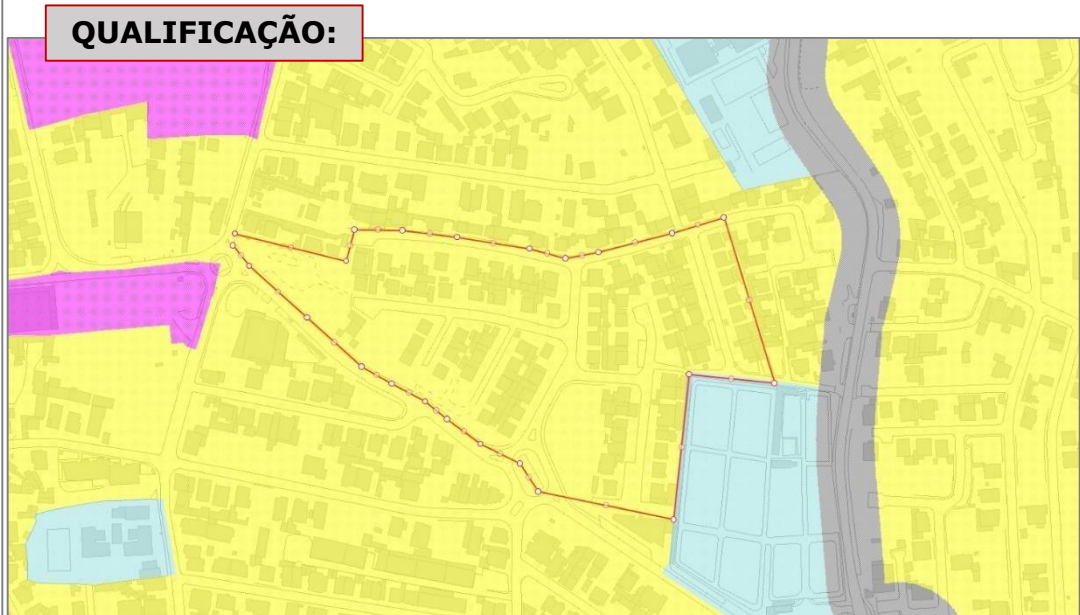
**Eixo Estratégico:**

UOPG 9 – “Cascais território coeso e inclusivo”

**Valor Global:**

**Descrição e Programação:**

- Bairro das Faceiras, em São Domingos de Rana, foi construído em terrenos pertencentes ao IRHU (ex-IGAPHE) e teve como principal objetivo o realojamento social, acolhendo, a custos reduzidos, pessoas oriundas das antigas colónias portuguesas em África e de regiões interiores de Portugal.
- Trata-se de um bairro de génese multicultural e com carências socioeconómicas. As edificações possuem um só piso e desenvolvem-se em parcelas com pouco mais de 200m2 o que lhe confere características morfotipológicas dissonantes em relação à envolvente.
- Esta dissonância é agravada pela falta de qualidade construtiva do edificado original, e acentuada pelos múltiplos acrescentos, de cariz ilegal, à volumetria e área de construção. É objetivo desta Sub-UOPG que os processos de regeneração e revitalização a executar possibilitem a construção de edificações com uma altura máxima de fachada de 7,5 metros e o respetivo aumento dos restantes parâmetros de edificabilidade, em consonância com essa diretiva.
- Devem ser mantidos os alinhamentos de fachada definidos nas frentes de rua e, tendo em conta a exiguidade das parcelas, admite-se que a morfologia de ocupação possa ser efetivada por soluções em banda ou geminadas.
- A execução desta SUB-UOPG processa-se através de operações urbanísticas enquadradas ou não por unidades de execução.



VIAS

<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
R. José Florindo e R. de Santana	V1

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
Cascais - Território com qualidade de vida urbana	107 300,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a beneficiação da via, com melhoria do traçado e da circulação na via existente entre a Rua José Florindo e a Rua de Santana.



**Designação da Ação:**

R. das Codornizes e Estrada Nova

**ID:**

V2

**Eixo Estratégico:**

Cascais - Território com qualidade de vida urbana

**Valor Global:**

313 200,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a beneficiação da via, com melhoria do traçado e da circulação na via existente, visando o prolongamento da R. das Codornizes, na Bicuda, até à "rotunda do Cavalo", na Areia.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
R. Egas Moniz, R. Arnaldo Gama, R. Trindade Coelho e R. João Pereira da Rosa (S. João do Estoril)	V3

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
Cascais - Território com qualidade de vida urbana	313 200,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a beneficiação das vias, com melhoria do traçado e da circulação na via existente, visando garantir a continuidade da ligação da EN6 (Marginal) e a VLS.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
R. de Santarém (Rebelva)	V4
<b>Eixo Estratégico:</b> Cascais - Território com qualidade de vida urbana	<b>Valor Global:</b> 103 500,00 €
<b>Descrição e Programação:</b> Tem como objetivo a beneficiação da via, com melhoria do traçado e da circulação da via existente.	

**Designação da Ação:**

Novo nó da A5 a poente de Tires

**ID:**

V5

**Eixo Estratégico:**

Cascais - Território com qualidade de vida urbana

**Valor Global:**

306 000,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a construção de um novo nó de acesso à A5 em Tires, com melhoria do traçado e da circulação da via existente local.





**Designação da Ação:**

Passagem superior sobre o Vale da Ribeira das Vinhas

**ID:**

V6

**Eixo Estratégico:**

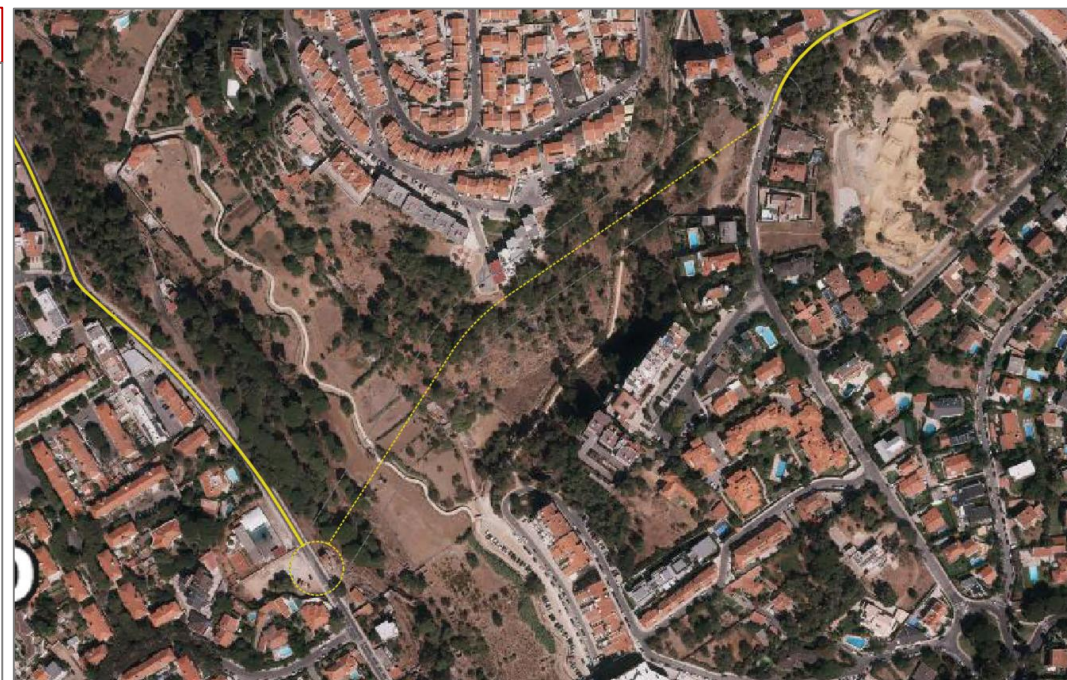
Cascais - Território com qualidade de vida urbana

**Valor Global:**

3 000 000,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a construção de uma passagem superior sobre o Vale da Ribeira das Vinhas, com melhoria do traçado e da circulação local, permitindo o aligeiramento do tráfego na Estrada Marginal.



**Designação da Ação:**

Passagem inferior de ligação da E.N. 6 (Estrada Marginal) à R. Egas Moniz (S. João do Estoril)

**ID:**

V7

**Eixo Estratégico:**

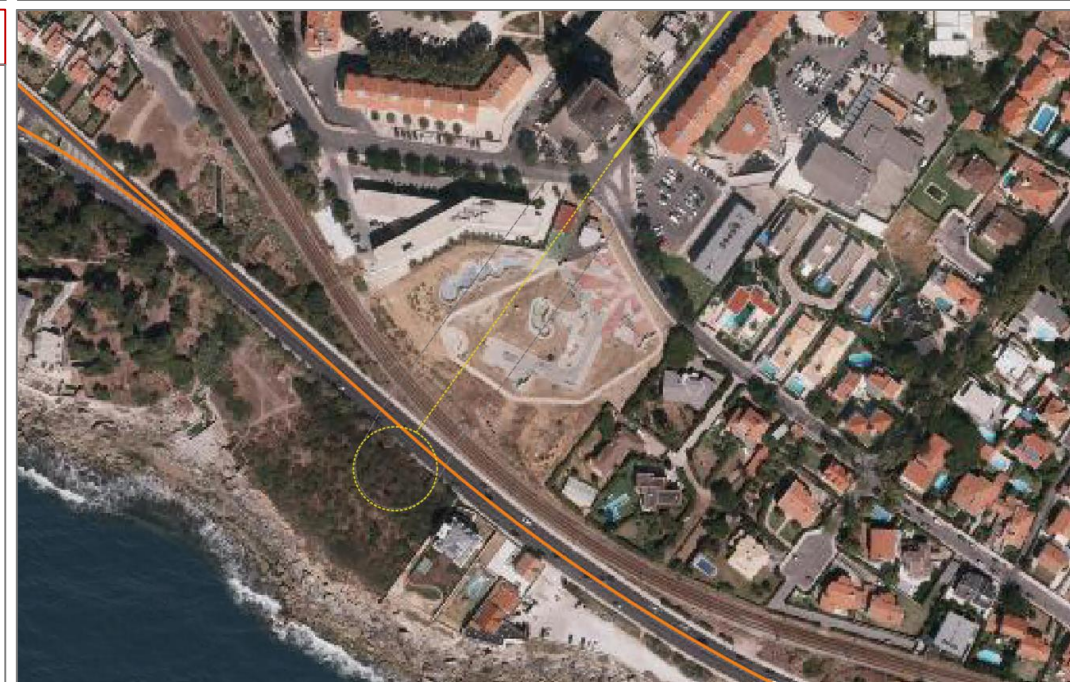
Cascais - Território com qualidade de vida urbana

**Valor Global:**

1 700 000,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a construção de uma passagem inferior de ligação da E.N. 6 (Estrada Marginal) à R. Egas Moniz em S. João do Estoril, com melhoria do traçado e da circulação local.



**Designação da Ação:**

Ligação da R. João Pereira da Rosa à VLS

**ID:**

V8

**Eixo Estratégico:**

Cascais - Território com qualidade de vida urbana

**Valor Global:**

86 400,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a construção de uma nova via, assegurando a ligação da Rua João Pereira da Rosa à VLS.



**Designação da Ação:**Ligação da R. dos Eucaliptos à R. das Corredouras  
(Livramento)**ID:**

V9

**Eixo Estratégico:**

Cascais - Território com qualidade de vida urbana

**Valor Global:**

86 400,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a construção de uma nova via, assegurando a ligação da Rua João Pereira da Rosa à VLS.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
Via alternativa à estrada Octávio Pato (Talaíde)	V10

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
Cascais - Território com qualidade de vida urbana	92 700,00 €

**Descrição e Programação:**

Tem como objetivo a construção de uma nova via, assegurando uma melhor acessibilidade entre os concelhos de Cascais e Sintra.



# Aditamento ao Programa de Execução e Plano de Financiamento

Anexo I

Fichas de Ação (investimento privado)

<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA A [1 – 231.516 m2] – Sub-UOPG 6.1 – Birre / Areia</b>	<b>ID 101</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>
<b>UOPG 6 – “Valores Ambientais” e “Cidadania Ativa”</b>

<b>Valor Global:</b>
<b>€ 75.993.685</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 6 é caracterizada por padrões de estruturação urbana, de acessibilidades, de desenho urbano indutor de conforto, de qualidade de vida e de segurança de nível superior, este território garante à população residente, e demais utilizadores, acesso privilegiado às principais áreas de suporte à vida social. No setor poente integra espaços de cariz eminentemente natural, que complementam o setor a sul, com áreas com forte vocação turística e funções urbanas de centralidade a nível concelhio e suportam o setor a norte, uma zona caracterizada por um emergente desenvolvimento do sector terciário, assume uma posição geoestratégica favorável à concentração de capital humano.

A principal vocação desta área, no contexto da UOPG, 6 é a consolidação dos eixos estratégicos Cascais território com qualidade de vida urbana, Cascais território de valores ambientais, Cascais território coeso e inclusivo e Cascais cidadania ativa, na medida em que se pretende que a programação detalhada dos usos e funções a implementar seja desenvolvida nas vertentes dos espaços verdes e dos equipamentos de utilização coletiva, em estreita articulação e com o envolvimento da população local e municipal.

Esta área reveste-se de particular importância para a criação de um Parque Urbano - encarado como elemento agregador do território urbanizado e consolidado e a sua conectividade com a UOPG 1 e com o Parque Natural de Sintra Cascais, em particular, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

- Manutenção e valorização do solo rural e dos espaços naturais integrados na UOPG 1;
- Preservação e valorização dos valores naturais e ambientais de terrenos integrados na UOPG 6, em solo urbano, através da instalação de um parque urbano estruturador da conectividade com o PNSC;
- Promover a instalação de equipamentos coletivos de referência no topo Leste, assegurando o remate com malha urbana existente da povoação de Aldeia de Juzo;
- Implantação e construção da via programada, de acordo com as características estabelecidas.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange:

- “Espaço Verde de Receio e Produção”
- “Espaço de Equipamento”

Formas de execução:

A execução concretiza-se através de operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA B [2/3 – 174.347 m2] – Espaço Urbano infraestruturado - Sub-UOPG 2.6 Cabreiro Poente / Hospital</b>	<b>ID 102.a</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>
<b>UOPG 2 - Território de Valores Ambientais / Território de Cidadania Ativa</b>

<b>Valor Global:</b>
<b>€ 156.912.066</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 2, na sua zona mais ocidental, é limitada a norte pelo PNSC e a sul pelo principal acesso ao Concelho, a A5. No sentido norte-sul é atravessada pela A16 o que lhe confere ótimas acessibilidades.

Integra grandes equipamentos e unidades de comércio e serviços de relevância estratégica e de interesse supramunicipal, designadamente o Hospital de Cascais, o Hospital Escola de Alcoitão, o Autódromo do Estoril, o CascaiShopping, entre outros.

A sua principal vocação é a consolidação dos eixos estratégicos consagrados no presente Regulamento, designadamente e de forma mais expressiva, Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação e Cascais qualidade de vida urbana, estimulando a atividade económica de elevado valor acrescentado.

A promoção e o desenvolvimento de *clusters* no sector terciário, associados a medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística, assumem-se como elementos fulcrais na atração de capital humano.

Atento à proximidade com o Hospital de Cascais, a intervenção nesta área deve ter um efeito regenerador face às preexistências e projetar-se com um papel importante na consolidação do eixo estratégico Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação, visando concretamente a instalação de equipamentos e serviços de elevado valor acrescentado, no segmentos da saúde e social, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

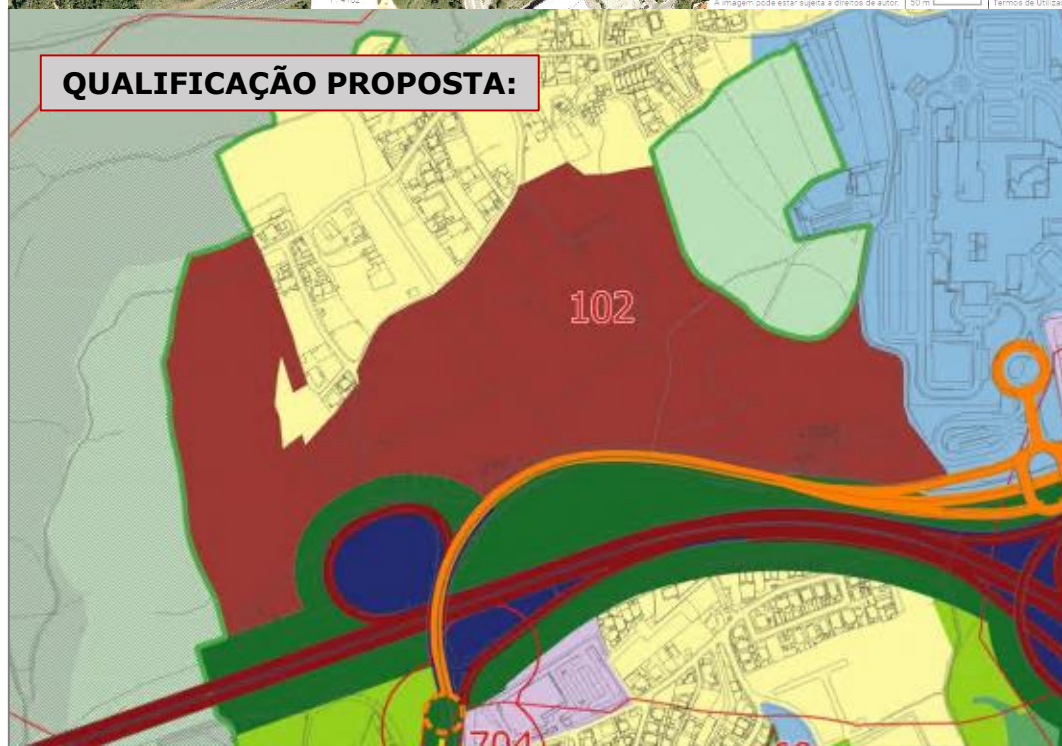
- Promover a instalação de equipamentos coletivos de referência, assegurando o remate e acessos condignos com malha urbana existente da povoação de Cabreiro;
- Criação de um parque urbano na zona qualificada como Espaço Natural de Nível 3 (RAN);
- Criação de uma Escola Internacional, Hotelaria e Serviços;
- Admissão de espaços para Comércio e Habitação no máximo de 30% da área contabilizável;

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos para as categorias de espaço que abrange:

- “Espaço Estratégico”

Formas de execução:

A execução concretiza-se através de operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.





<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA B [4 – 17.633 m2] – Espaço Urbano infraestruturado e Edificado - Sub-UOPG 2.5 Cluster de Equipamento do Cabreiro</b>	ID 102.b

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
UOPG 2 – “Criatividade, Conhecimento e Inovação”	€ 22.041.025

**Descrição e Programação:**

A UOPG 2 localiza-se na zona norte do concelho, recebendo uma forte influência da paisagem natural e cultural da Serra de Sintra. Faz fronteira e estabelece a principal ligação rodoviária com o Município de Sintra e integra equipamentos e unidades de comércio e serviços de grande relevância estratégica e de interesse supramunicipal, designadamente o Hospital de Cascais, contíguo a esta área.

Esta “Zona B [4]” está integrada em contexto urbano, edificada, infraestruturada e bem servida em termos de acessibilidades rodoviárias estruturantes, nomeadamente através da A16, da A5 e da VLN.

Atento à proximidade com o Hospital de Cascais, a intervenção nesta área deve ter um efeito regenerador face às preexistências e projetar-se com um papel importante na consolidação do eixo estratégico Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação, visando concretamente a instalação de equipamentos e serviços de elevado valor acrescentado, no segmentos da saúde e social, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

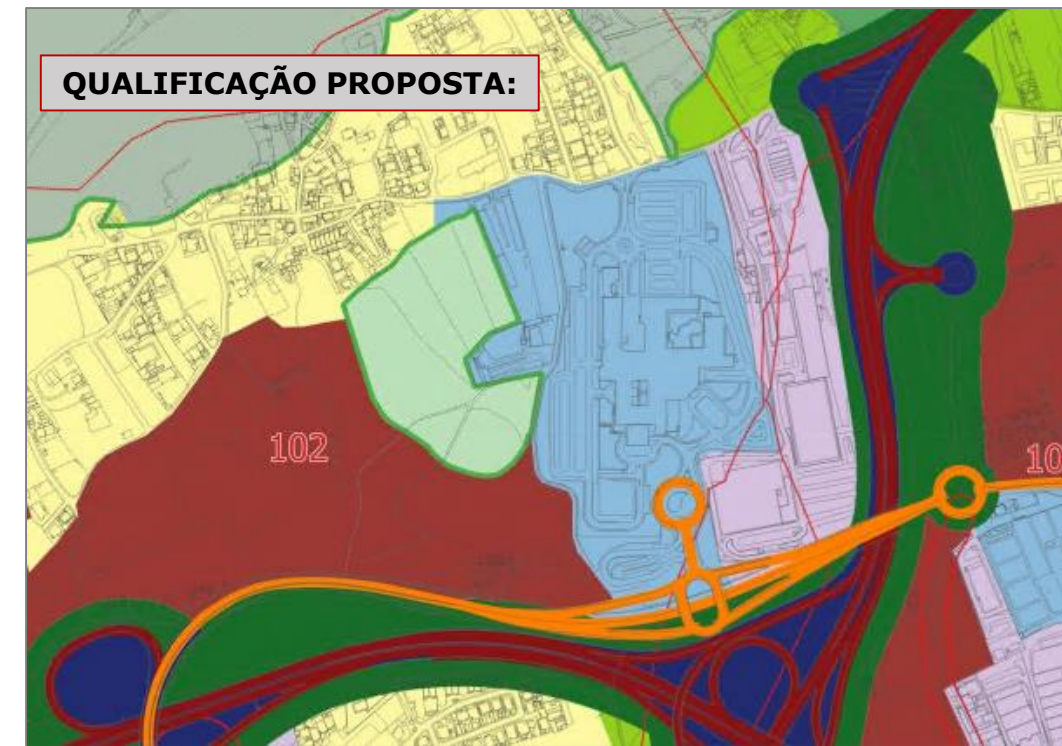
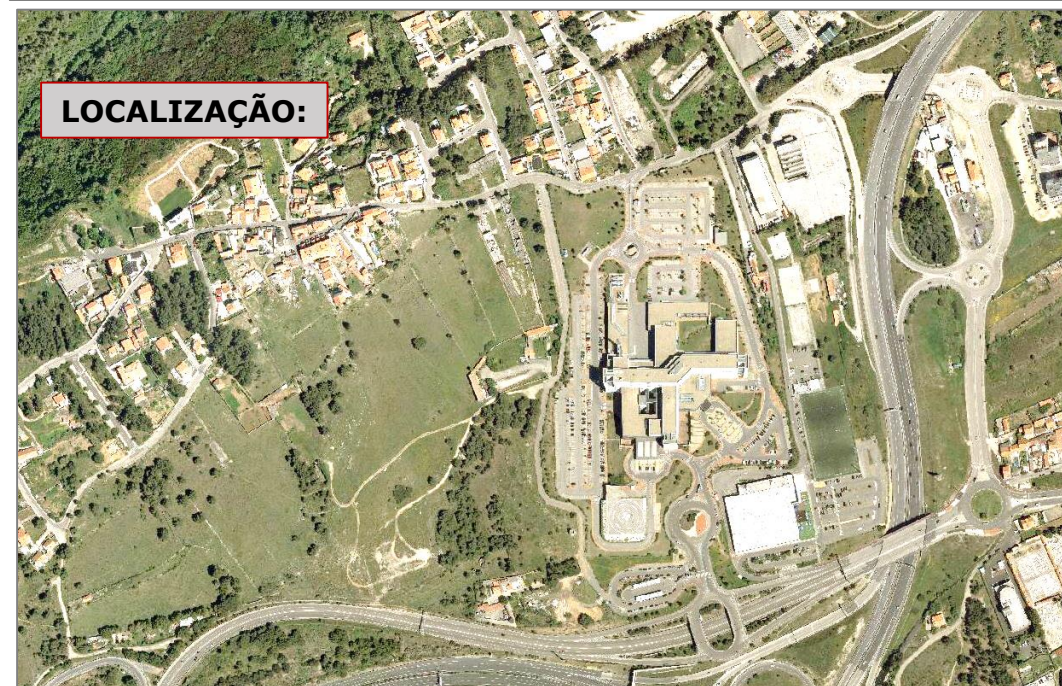
Promover a instalação de equipamentos coletivos de referência, assegurando o remate com malha urbana existente da povoação de Cabreiro;

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange:

- o “Espaço de Equipamento”

Formas de execução

A execução concretiza-se através de operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA C [5 – 24.991 m2] – Espaço Urbano infraestruturado e Edificado – Sub-UOPG 2.7 Cruz de Pôpa</b>	<b>ID 103.a</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 2 – “Criatividade, Conhecimento e Inovação”</b>	<b>€ 22.491.837</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 2 localiza-se na zona norte do concelho, sofrendo forte influência da paisagem natural e cultural da Serra de Sintra. Faz fronteira e estabelece a principal ligação rodoviária com o Município de Sintra. Integra equipamentos e unidades de comércio e serviços de grande relevância estratégica e de interesse supramunicipal, designadamente o Hospital de Cascais, o Hospital Escola de Alcoitão e o Autódromo do Estoril e o Centro DNA-Cascais, entre outros.

Esta “Zona C [5]” está muito bem servida em termos de acessibilidades, nomeadamente através das A16, A5 e VLN, estando ainda prevista a implementação de um transporte público em sitio próprio (TPSP), estruturador da coroa norte do Concelho de Cascais. Acresce uma localização de excelência, em situação de planalto, que proporcionam uma grande exposição a partir daquelas vias estruturantes e a fruição excelentes vistas em todas as direções

A principal vocação desta zona é o investimento em atividades económicas de elevado valor acrescentado, consolidando os eixos estratégicos “Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação”.

A promoção e o desenvolvimento de clusters no sector terciário, associados a medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística, assumem-se como elementos fulcrais na atração de capital humano com elevados níveis de qualificação, ligados aos equipamentos existentes e previstos. O incremento da escala de influência destes equipamentos, através de unidades complementares, permitirá ainda uma maior atratividade e o reforço da oferta nos setores da inovação e do desenvolvimento, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

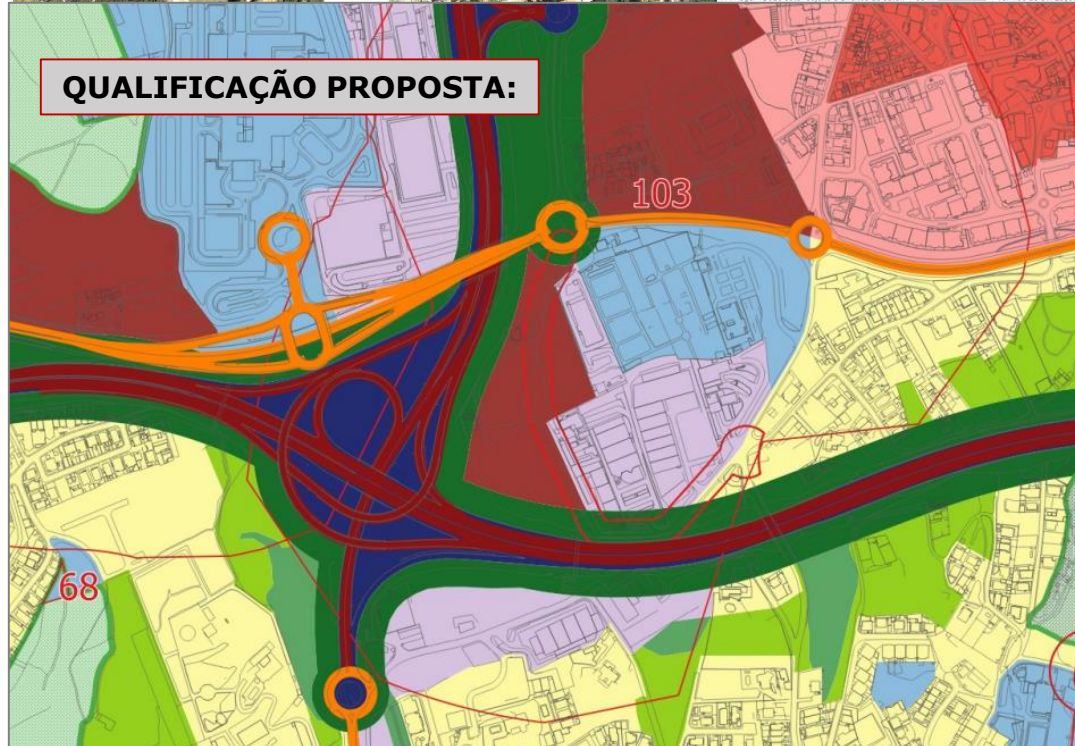
- a) Promover a instalação de atividades de referência, assegurando o remate com malha urbana existente do lugar de Cruz de Pôpa;
- b) Parâmetros urbanísticos da UOPG 2 e cumprimento dos regimes previstos para as categorias de espaço que abrange;

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange:

- o “Espaço Estratégico”

Formas de execução:

A execução concretiza-se através de operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA C [6 – 62.962 m2] – Espaço Urbano infraestruturado e Edificado - Sub-UOPG 2.8 Remate ponte de Alcabideche</b>	<b>ID 103.b</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 2 - “Cascais qualidade de vida urbana”.</b>	<b>€ 56.665.494</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 2 localiza-se na zona norte do concelho, sofrendo forte influência da paisagem natural e cultural da Serra de Sintra. Faz fronteira e estabelece a principal ligação rodoviária com o Município de Sintra. Integra equipamentos e unidades de comércio e serviços de grande relevância estratégica e de interesse supramunicipal, designadamente o Hospital de Cascais, o Hospital Escola de Alcoitão e o Autódromo do Estoril e o Centro DNA-Cascais, entre outros.

Esta “Zona C [6]” está muito bem servida em termos de acessibilidades, nomeadamente através das A16, A5 e VLN, estando ainda prevista a implementação de um transporte público em sitio próprio (TPSP), estruturador da coroa norte do Concelho de Cascais, que passará neste local.

A principal vocação desta zona é o investimento em atividades económicas que rematem a malha urbana existente e consolidem a centralidade crescente e sustentada da povoação de Alcabideche, reforçando os eixos estratégicos “Cascais qualidade de vida urbana”.

A promoção e o desenvolvimento de clusters no sector terciário, associados a medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística, assumem-se como elementos fulcrais na atração de capital humano com elevados níveis de qualificação, ligados aos equipamentos existentes e previstos. O incremento da escala de influência destes equipamentos, através de unidades complementares, permitirá ainda uma maior atratividade e o reforço da oferta nos setores da inovação e do desenvolvimento, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

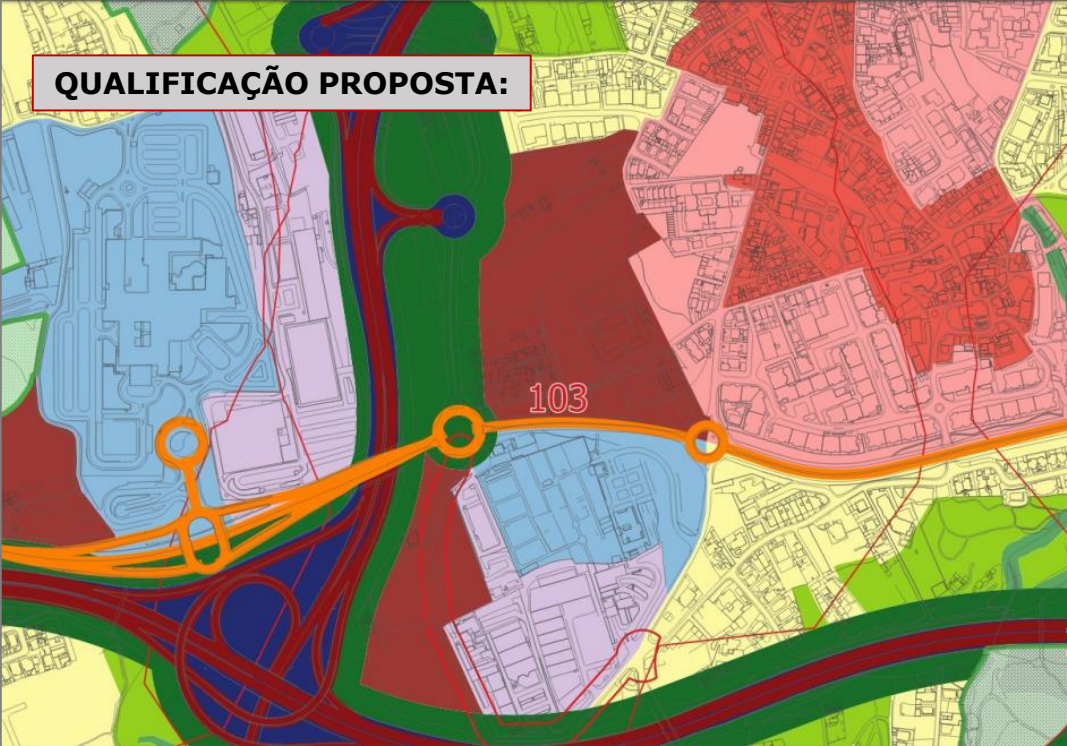
- Promover a instalação de atividades económicas geradoras de postos de trabalho duradouro e de referência, assegurando o remate com malha urbana existente da povoação de Alcabideche;
- Parâmetros urbanísticos da UOPG 2 e cumprimento dos regimes previstos para as categorias de espaço que abrange;

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange:

- “Espaço Estratégico”

Formas de execução:

A execução concretiza-se através de operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA D [7/8 – 234.979 m2] – Espaço Urbano infraestruturado e Edificado – Sub-UOPG 2.9 Alcabideche Sul</b>	<b>ID 104</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 2 - “Cascais qualidade de vida urbana”.</b>	<b>€ 211.481.478</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 2 localiza-se na zona norte do concelho, recebendo uma forte influência da paisagem natural e cultural da Serra de Sintra. Faz fronteira e estabelece a principal ligação rodoviária com o Município de Sintra e integra equipamentos e unidades de comércio e serviços de grande relevância estratégica e de interesse supramunicipal.

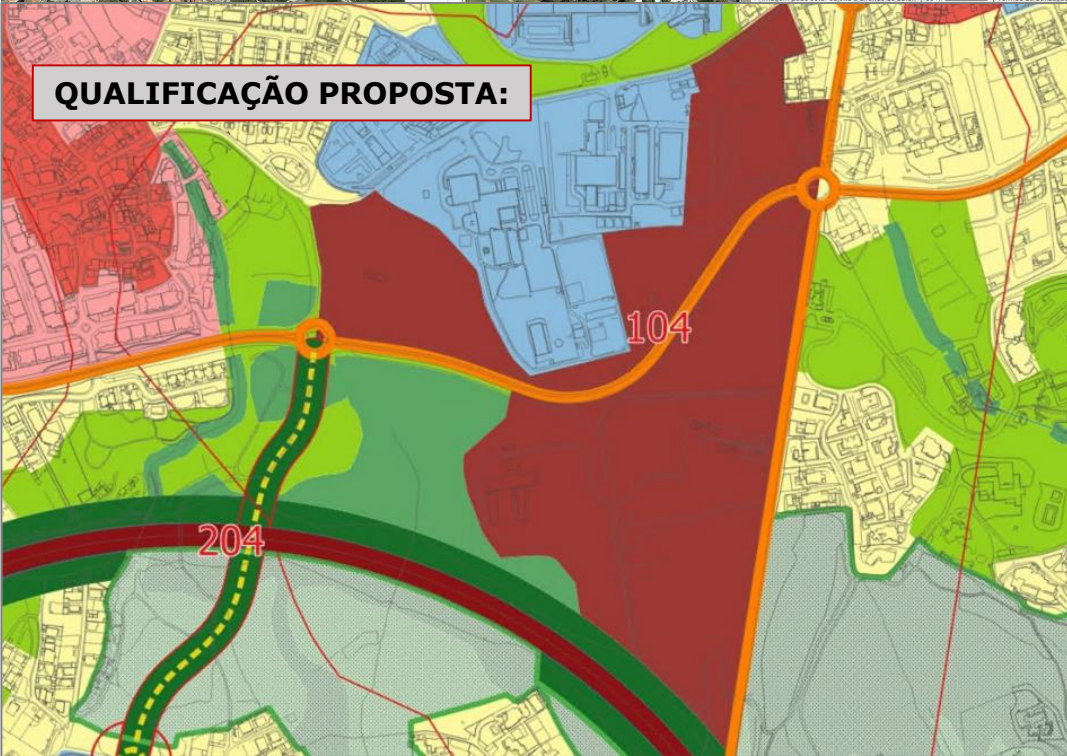
Trata-se de um espaço urbano infraestruturado e edificado. A programação da intervenção visa estimular a atividade económica de elevado valor acrescentado, nomeadamente através da promoção do setor terciário e da investigação bem como do setor do turismo de negócios e do turismo de investigação, que permitirão o reforço da oferta do concelho nestes segmentos.

A consolidação daqueles setores e atividades assumem-se como elementos fulcrais na atração de capital humano com elevados níveis de qualificação os quais, associados a medidas de elevada qualidade urbanística, e tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos, constituirão um local de referência no contexto supramunicipal:

- Promover a instalação de equipamentos coletivos de referência, assegurando o remate com a malha urbana existente na povoação de Alcoitão;
- Incentivar o aproveitamento cénico e topográfico do terreno.

Formas de execução:

- A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidades de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA E [9 – 111.645 m2] – Espaço Urbano Infraestruturado – Sub-UOPG 2.10 Parque Urbano da Adroana</b>	<b>ID 105</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 2 - “Qualidade de Vida Urbana”, “Valores Ambientais” e “Coeso e Inclusivo”</b>	<b>€ 4.465.791</b>

**Descrição e Programação:**

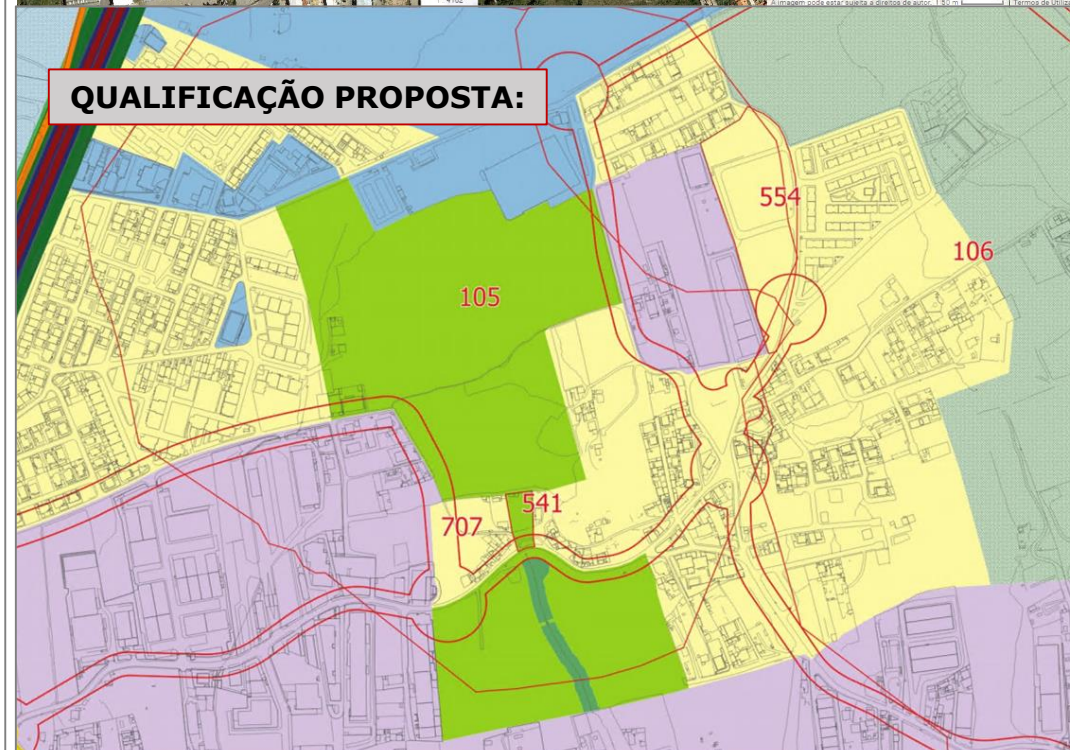
A UOPG 2 localiza-se na zona norte do concelho, recebendo uma forte influência da paisagem natural e cultural da Serra de Sintra. Faz fronteira e estabelece a principal ligação rodoviária com o Município de Sintra e integra equipamentos e unidades de comércio e serviços de grande relevância estratégica e de interesse supramunicipal.

Trata-se de um espaço urbano infraestruturado. O contexto de complexidade socio-territorial em que se insere exige que a programação detalhada dos usos e funções a implementar seja desenvolvida nas vertentes dos espaços verdes de recreio e produção, equipados, em estreita articulação e com o envolvimento da população local e municipal, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

- Promover a instalação de espaços verdes de recreio e produção, equipados, assegurando o remate com a malha urbana existente da povoação de Adroana;
- Criar condições para uma maior coesão e inclusão da população do Bairro da Cruz Vermelha.

**Formas de execução:**

- A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidades de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA G [11 – 115.632 m2] – Sub-UOPG 4.1 - Futuro Eco-Parque Empresarial e Logístico de Trajouce</b>	<b>ID 107 A</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 4</b>	<b>€ 57.816.125</b>

**Descrição e Programação:**

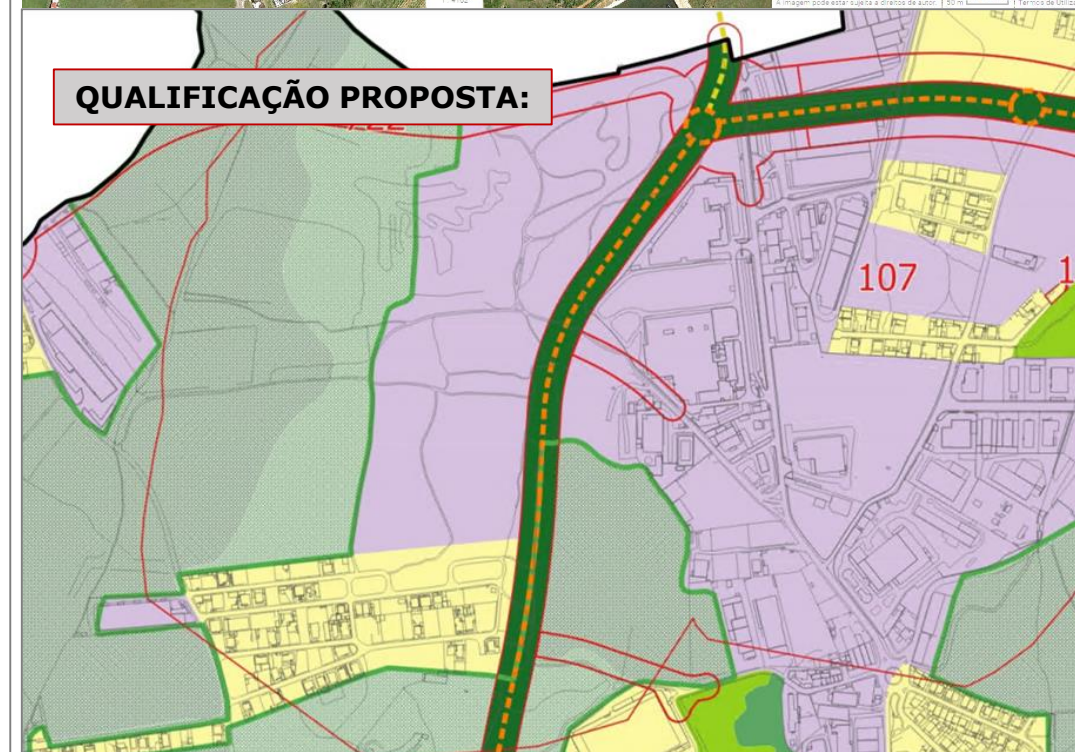
A UOPG 4 localiza-se no topo nordeste do concelho e, apesar de uma ocupação dispersa e pouco estruturada do território, integra vários núcleos urbanos outrora ligados a atividades do sector primário, articulados por uma rede rodoviária (EN 249-4) subdimensionada e disfuncional, face ao enorme volume de tráfego de atravessamento que suporta, designadamente de transporte pesado de mercadorias.

A ocupação industrial existente está desestruturada e descontextualizada das exigências atuais, competindo ao Município promover as condições para a inversão desse padrão e estimular a instalação de atividades económicas, de diversos setores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular - produção e consumo recorrendo a processos tendencialmente circulares e neutros carbonicamente -, que contribuam para o crescimento verde, eficiente e inteligente, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

- Promover a instalação de Eco-Parque Empresarial e Logístico;
- Os Eco-Parques Empresariais e Logísticos são instrumentos de gestão para a promoção da sustentabilidade, na medida em que, a par das preocupações ambientais, promovem o desenvolvimento local criando empregos estáveis e beneficiando a comunidade. Podem ser implementados pela gestão pública local em parceria com a gestão privada, universidades e por toda a população;
- A estruturação destas áreas de desenvolvimento económico tem como base um planeamento estratégico - urbanístico e ambiental, programado e articulado -, de forma a criar uma zona empresarial devidamente infraestruturada e ambientalmente certificada, como condição básica à atração de novos investimentos social, ambiental e economicamente responsáveis;
- Em linha com as disposições do Pacto Ecológico Europeu e com as iniciativas PPP da ONU.

**Formas de execução:**

- A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidades de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA G [12 – 145.639 m2] – Sub-UOPG 4.2 Trajouce I</b>	<b>ID 107.b</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 4 – “Território Coeso e Inclusivo”</b>	<b>€ 32.311.984</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 4 localiza-se no topo nordeste do concelho e, apesar de uma ocupação dispersa e pouco estruturada do território, integra vários núcleos urbanos outrora ligados a atividades do sector primário, articulados por uma rede rodoviária (EN 249-4) subdimensionada e disfuncional, face ao enorme volume de tráfego de atravessamento que suporta, designadamente de transporte pesado de mercadorias.

Incorpora importantes infraestruturas e equipamentos com influência supraconcelhia, tais como o Aeroporto Municipal de Cascais e o Ecoparque de Trajoce, mas, a implantação de infraestruturas territoriais e urbanas programadas - designadamente a Via Longitudinal Norte (VLN), a Via Circular a Trajouce (VCT) e a Via Circular ao Aeroporto (VAP) em articulação com o novo nó viário da A5 -, constituem o cenário privilegiado para a fixação de núcleos industriais e logísticos de vanguarda, tirando partido das sinergias geradas pelas atividades económicas localizadas na envolvente próxima, relacionadas com o sector secundário, nomeadamente indústrias de base tecnológica e de conhecimento -, que devem constituir o principal motor de desenvolvimento desta UOPG.

Trata-se de um espaço urbano infraestruturado. A ocupação industrial existente está desestruturada e descontextualizada das exigências atuais, competindo ao Município promover as condições para a inversão desse padrão e estimular a instalação de atividades económicas, de diversos setores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular - produção e consumo recorrendo a processos tendencialmente circulares e neutros carbonicamente -, que contribuam para o crescimento verde, eficiente e inteligente, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

- Promover a instalação de espaços verdes de recreio e produção, equipados, assegurando o remate com a malha urbana existente da povoação de Trajouce;
- Promover a instalação de atividades económicas de diversos setores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular.

**Formas de execução:**

- A execução concretiza-se através de operações urbanísticas enquadradas em unidades de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA H [13 – 158.399 m2] – Sub-UOPG 4.3 Trajouce II</b>	<b>ID 108.a</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 4 – “Território Coeso e Inclusivo”</b>	<b>€ 79.199.475</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 4 localiza-se no topo nordeste do concelho e, apesar de uma ocupação dispersa e pouco estruturada do território, integra vários núcleos urbanos outrora ligados a atividades do sector primário, articulados por uma rede rodoviária (EN 249-4) subdimensionada e disfuncional, face ao enorme volume de tráfego de atravessamento que suporta, designadamente de transporte pesado de mercadorias.

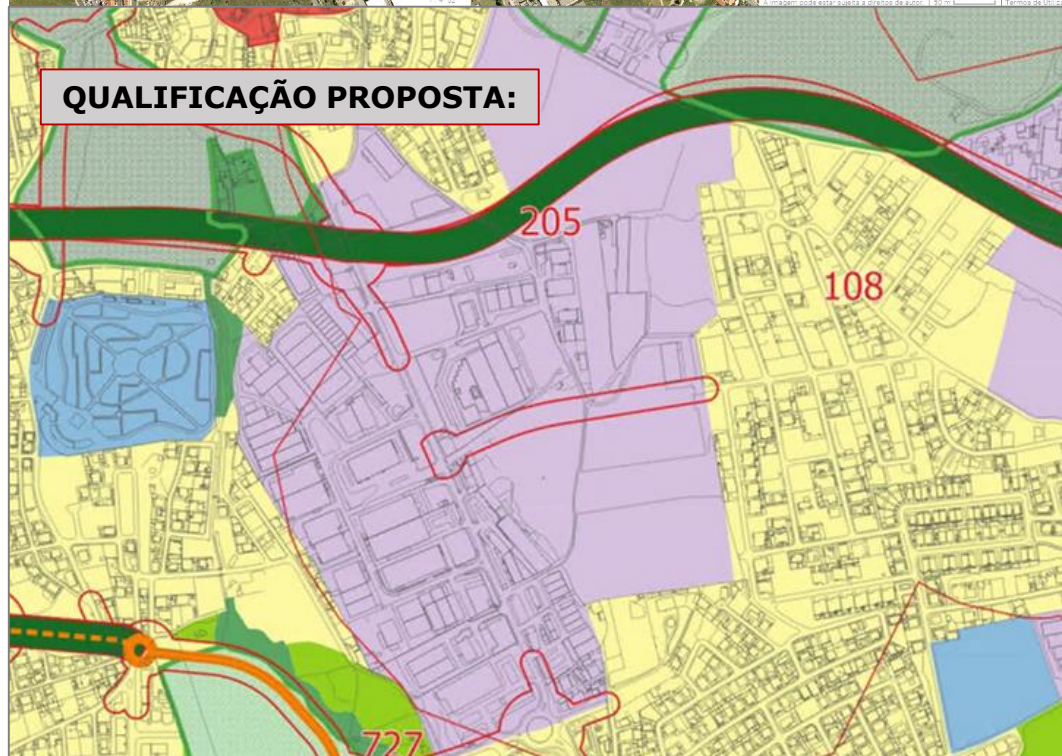
Incorpora importantes infraestruturas e equipamentos com influência supraconcelhia, tais como o Aeroporto Municipal de Cascais e o Ecoparque de Trajoce, mas, a implantação de infraestruturas territoriais e urbanas programadas - designadamente a Via Longitudinal Norte (VLN), a Via Circular a Trajouce (VCT) e a Via Circular ao Aeroporto (VAP) em articulação com o novo nó viário da A5 -, constituem o cenário privilegiado para a fixação de núcleos industriais e logísticos de vanguarda, tirando partido das sinergias geradas pelas atividades económicas localizadas na envolvente próxima, relacionadas com o sector secundário, nomeadamente indústrias de base tecnológica e de conhecimento -, que devem constituir o principal motor de desenvolvimento desta UOPG.

Trata-se de um espaço urbano infraestruturado. A ocupação industrial existente está desestruturada e descontextualizada das exigências atuais, competindo ao Município promover as condições para a inversão desse padrão e estimular a instalação de atividades económicas, de diversos setores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular - produção e consumo recorrendo a processos tendencialmente circulares e neutros carbonicamente -, que contribuam para o crescimento verde, eficiente e inteligente, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

- Assegurar o remate com a malha urbana existente da povoação de Trajouce;
- Promover a instalação de atividades económicas de diversos sectores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular.

**Formas de execução:**

- A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidades de execução.





<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA H [14 – 85.788 m2] - Sub-UOPG 9.1 Conceição da Abóboda</b>	<b>ID 108.b</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 9</b>	<b>€ 42.894.180</b>

**Descrição e Programação:**

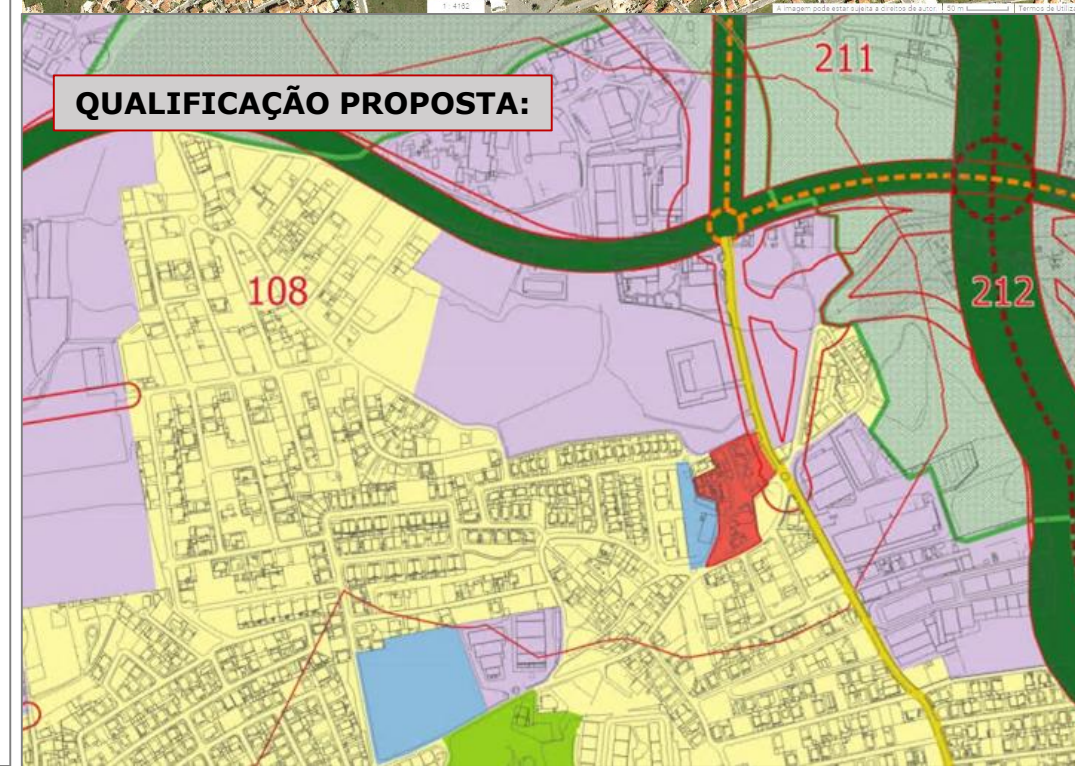
Trata-se de um espaço urbano infraestruturado, numa zona de transição entre o norte, fortemente ligado a atividades económicas, e o sul, muito mais residencial.

A ocupação industrial existente está desestruturada e descontextualizada das exigências atuais, competindo ao Município promover as condições para a inversão desse padrão e estimular a instalação de atividades económicas, de diversos setores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular - produção e consumo recorrendo a processos tendencialmente circulares e neutros carbonicamente -, que contribuam para o crescimento verde, eficiente e inteligente, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:

Promover a instalação de atividades económicas, assegurando o remate com a malha urbana existente da povoação da Abóboda.

Formas de execução:

A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidades de execução.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA I [15 – 124095 m2] – Incorporar em Solo Rústico</b>	<b>ID 109</b>

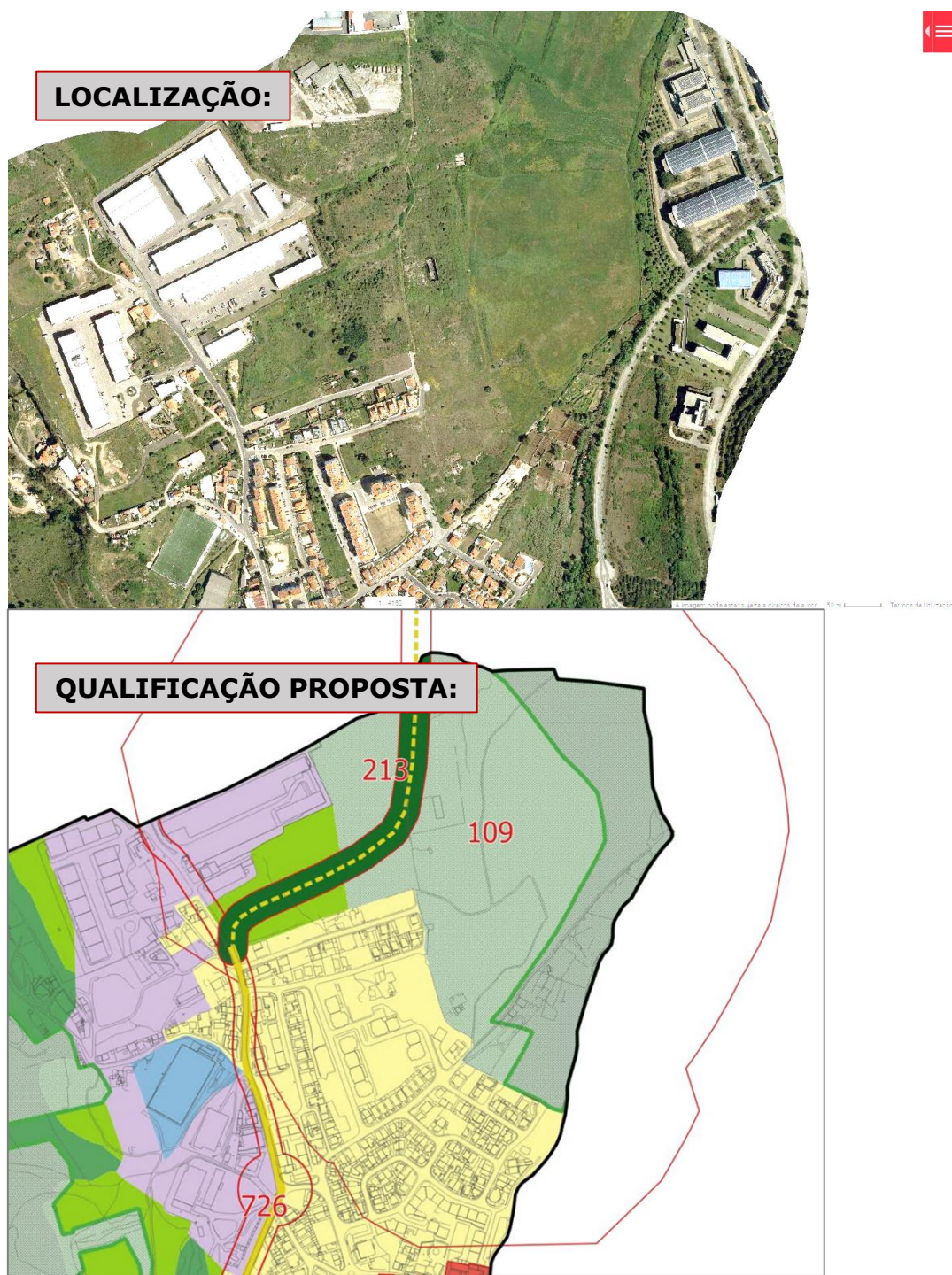
<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 4</b>	<b>[ € 1.861.424 ]</b>

**Descrição e Programação:**

Esta área não cumpre, cumulativamente, os critérios para a classificação do solo como urbano, a que se refere o n.º 3 do Artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de Agosto.

O solo rústico corresponde àquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação e valorização de recursos naturais, à exploração de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo e recreio, e aquele que não seja classificado como urbano.

A classificação do solo como rústico visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável. No caso concreto pretende-se salvaguardar uma áreas com reconhecida aptidão para usos agrícolas, pecuários e florestais, assim como de suporte à conservação da natureza e da biodiversidade.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA J [17 – 52 711 m2] – Sub-UOPG 10.3 – Empreendimentos turísticos de Carcavelos Sudeste</b>	<b>ID 110</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 10</b>	<b>€ 47.439.873</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 10, localizada no sudeste do concelho e confinante com o Município de Oeiras, integra dois núcleos urbanos históricos com interesse patrimonial, as vilas da Parede e de Carcavelos. Fruto da sua localização geográfica, goza de amplos e notáveis panoramas paisagísticos e de uma privilegiada relação com o mar.

Esta UOPG integra ainda importantes equipamentos para a atratividade do concelho, designadamente de relevância histórica, como o Hospital de Sant’Ana ou a oferta de residências assistidas.

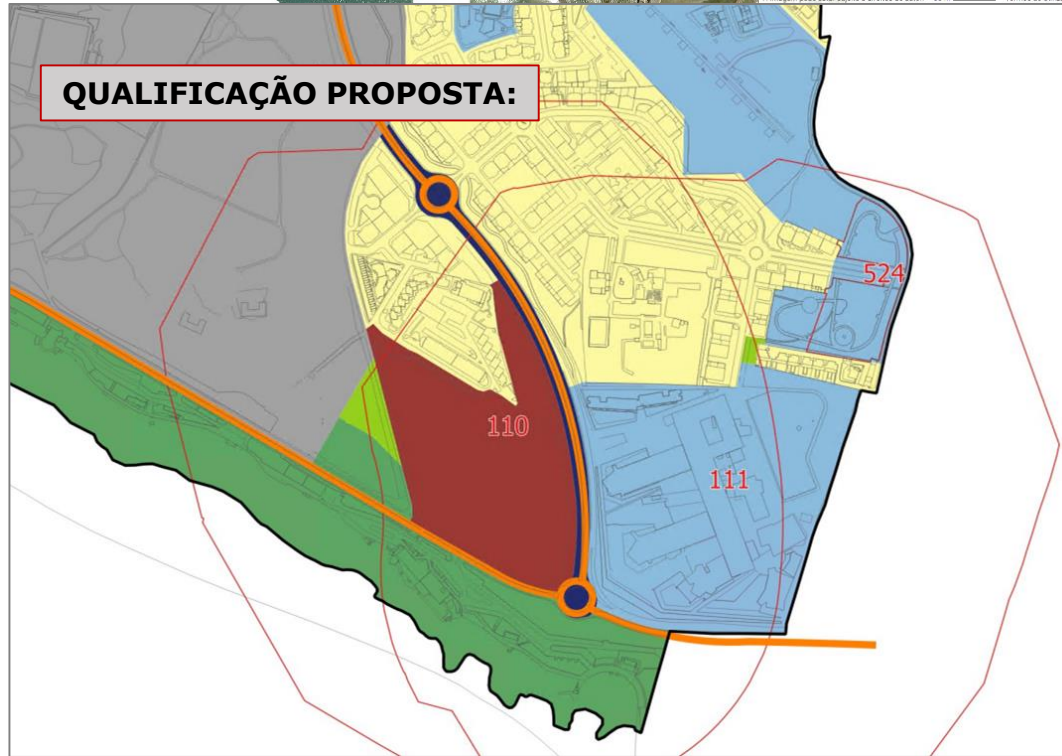
A principal vocação da UOPG 10 é a consolidação dos eixos estratégicos “Cascais território coeso e inclusivo”, “Cascais território de cidadania ativa”, “Cascais território com qualidade de vida urbana” e “Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação”, mantendo preferencialmente o uso residencial e de serviços. Atenta a existência de uma população envelhecida, impõem-se as ações de reabilitação urbana e a regeneração social.

Corresponde a uma área de terreno situada na união de freguesias de Carcavelos e Parede, confrontando a Sul com a Avenida Marginal, a Nascente com a Estrada Nacional 6-7, a Norte com a Rua dos Gerânios e a Poente com a Estrada da Torre.

**Enquadramento e objetivos:**

- A presença de valores patrimoniais como o Vinho de Carcavelos ou o legado cultural da “Companhia do Cabo Submarino”, associados a amplas valências de disfrute do mar, e em presença da maior praia do Concelho, a Praia de Carcavelos, com forte tradição ao nível dos desportos náuticos, evidenciam uma clara vocação para o desenvolvimento de turismo de nicho, do qual sairá reforçado o turismo de saúde.
- Atenta a proximidade com a Nova SBE e à infraestruturização consolidada, a intervenção nesta área deve ter um efeito regenerador face às preexistências e projetar-se com um papel importante na consolidação do eixo estratégico Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação, visando concretamente a instalação de equipamentos, hotelaria e serviços de elevado valor acrescentado, tendo por base os seguintes pressupostos e objetivos:
- Promover a instalação de equipamentos, hotelaria e serviços;
- Atração de jovens estudantes que contribuam positivamente na criatividade, conhecimento e inovação.

Prazo para a conclusão das obras de urbanização: a determinar em sede do processo de licenciamento.



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA X [18 – 86724 m2] - Espaço Urbano Consolidado, infraestruturado e Edificado - Campus de Carcavelos da NOVA.SBE</b>	<b>ID 111</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
<b>UOPG 10 – Território de Criatividade, Conhecimento e Inovação</b>	<b>[ € 108.404.663 ]</b>

**Descrição e Programação:**

A UOPG 10, localizada no sudeste do concelho e confinante com o Município de Oeiras, integra dois núcleos urbanos históricos com interesse patrimonial, as vilas da Parede e de Carcavelos. Fruto da sua localização geográfica, goza de amplos e notáveis panoramas paisagísticos e de uma privilegiada relação com o mar.

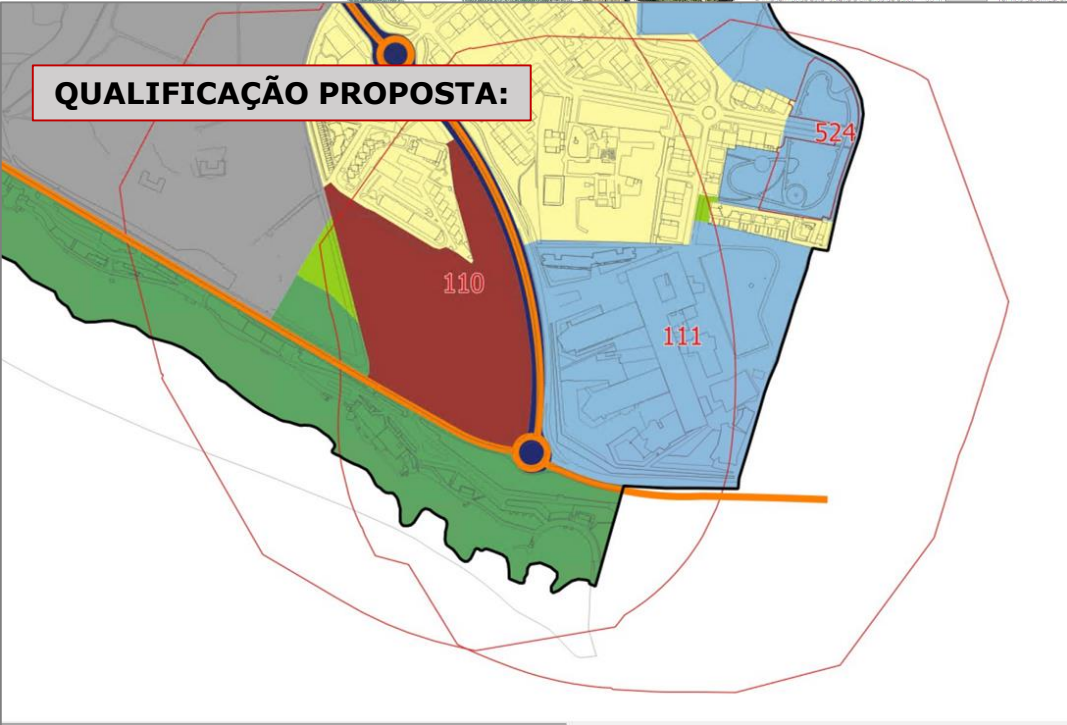
Esta UOPG integra ainda importantes equipamentos para a atratividade do concelho, designadamente de relevância histórica, como o Hospital de Sant’Ana ou a oferta de residências assistidas.

A principal vocação da UOPG 10 é a consolidação dos eixos estratégicos “Cascais território coeso e inclusivo”, “Cascais território de cidadania ativa”, “Cascais território com qualidade de vida urbana” e “Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação”, mantendo preferencialmente o uso residencial e de serviços. Atenta a existência de uma população envelhecida, impõem-se as ações de reabilitação urbana e a regeneração social.

A presença de valores patrimoniais como o Vinho de Carcavelos ou o legado cultural da “Companhia do Cabo Submarino”, associados a amplas valências de disfrute do mar, e em presença da maior praia do concelho, a Praia de Carcavelos, com forte tradição ao nível dos desportos náuticos, evidenciam uma clara vocação para o desenvolvimento de turismo de nicho, do qual sairá reforçado o turismo de saúde.

Concorre ainda para o reforço da centralidade, o polo universitário da Universidade Nova de Lisboa que constituirá um importante passo no sentido da criação de oportunidades, na ótica da investigação, educação e emprego.

A NOVA.SBE “vai ser palco do mais inovador método de ensino, partilha e crescimento na Europa. Assim sendo, os 90 000 m<sup>2</sup> do novo campus tornam-se o cenário idílico de uma experiência de aprendizagem única. Uma Nova forma de ser escola, localizada em Portugal e aberta ao mundo.”  
 [Fonte: <https://www2.novasbe.unl.pt/pt/life-at-nova-sbe/sobre-o-campus>]



<b>Designação da Ação:</b>	<b>ID:</b>
<b>ZONA X [16 – 2342 m2] – Espaço Urbano Consolidado, Infraestruturado e Edificado – Estalagem Pica-Pau, Estoril</b>	<b>ID 112</b>

<b>Eixo Estratégico:</b>	<b>Valor Global:</b>
UOPG 7 – “território com qualidade de vida urbana”	[ € 4.255.439 ]

**Descrição e Programação:**

A UOPG 7, sobranceira ao mar, delimitada a norte por uma área residencial de qualidade e a ponte por um território de vocação assumidamente turística, caracteriza-se por exercer funções de centralidade de nível municipal. Simultaneamente, oferece espaços residenciais que respeitam os mais elevados padrões de qualidade urbanística, onde a estrutura urbana existente enaltece os valores culturais existentes, permitindo-lhe assumir um importante papel ao nível do turismo nas suas diversas vertentes.

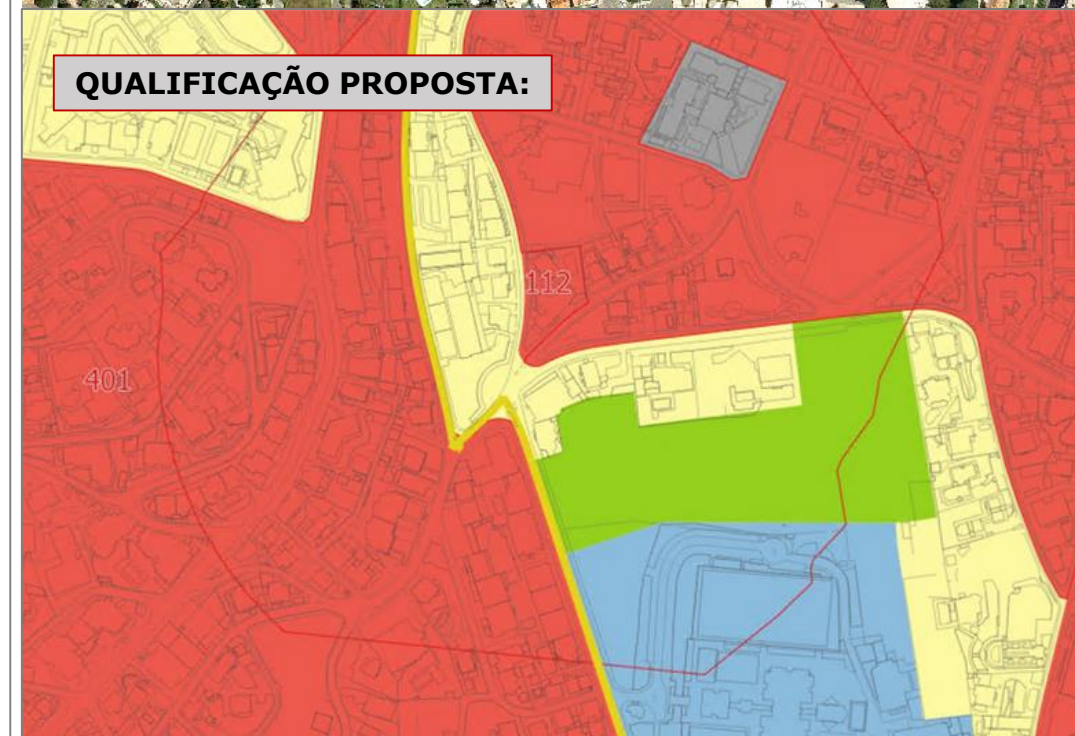
A principal vocação da UOPG 7 é a consolidação dos eixos estratégicos consagrados no presente Regulamento, designadamente e de forma mais expressiva, Cascais território com qualidade de vida urbana, Cascais território coeso e inclusivo e Cascais território de cidadania ativa, como destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido – marca Estoril / Cascais - cuja riqueza e diversidade satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura, onde é possível desfrutar, em segurança e ao longo de todo o ano, de um conjunto único de património e serviços de apoio à atividade turística.

Dotado de diversos equipamentos de cariz turístico, donde se podem destacar a Marina e a Cidadela em Cascais, o Casino, o Centro de Congressos e as Termas no Estoril, que lhe permitem abrir o espectro dos turistas a atrair, este território beneficia ainda de um legado histórico importante, bem como de um conjunto de equipamentos museológicos diversificados e permanente oferta cultural.

Pela sua vocação central, ancorada num turismo de qualidade, esta UOPG desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconómico e para a competitividade do concelho, reforçando a sua posição no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e do país, destacando-se ainda pelo dinamismo das atividades económicas e da criação de emprego, podendo orientar as suas estratégias para o aprofundamento da fixação de serviços associados ao turismo capazes de atrair capital humano com elevados níveis de qualificação, salientando-se a concretização do Centro de Mar de Cascais como forma de dinamização do turismo científico.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange:

- o “Espaço Central Histórico”



Temas	Sub-temas	Indicador	Unidade	Eixo Estratégico	Avaliação Ambiental Estratégica - FCD	Descrição	Fonte		
Governança	Execução Financeira	Receta total da CMC	€/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação das receitas da CMC pela unidade tempo a definir	CMC		
		Receta da CMC proveniente dos impostos diretos e indiretos da Câmara Municipal	€/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação das receitas Fiscais da CMC	CMC		
		Receta da CMC proveniente da Derrama pelo número de empresas sediadas no concelho	€/empresas	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação do incentivo da CMC para as empresas sediadas em Cascais; Existe a intenção da derrama para empresas com volume de negócios abaixo dos 300.000,00€	CMC		
		Receta da CMC proveniente do imposto Municipal de Imóveis, por fogos ou por m2 de construção	€/fogos ou €/m2 construção	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação do impacto da receita do IMI em função do número de fogos ou m2 área construída	CMC		
		Receta de Fundos comunitários obtidos pela CMC	€/focos estratégicos	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação do esforço da CMC, em obter financiamentos, fora do orçamento da CMC, para investimento em Cascais	CMC		
		Receta de Fundos comunitários obtidos pelas Empresas Participadas pela CMC	€/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação do esforço das empresas participadas pela CMC em obter financiamentos, fora do orçamento da CMC, para investimento em Cascais	CMC		
		Despesa total da CMC	€/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação das despesas da CMC pela unidade tempo a definir	CMC		
		Despesa da CMC por área de competências comuns a todas as autarquias	€/GOP/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação do desempenho da CMC, pelas áreas das GOP	CMC		
		Despesa da CMC por Entidades Participadas pela CMC	€/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação do investimento das Entidades Participadas pela CMC	CMC		
		Projetos Colaborados	% de execução/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação da execução financeira dos projetos colaborados	CMC		
		Rácio do serviço da dívida (despesa de serviço da dívida como uma percentagem da receita própria do município)	%	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação do investimento das Entidades Participadas pela CMC	CMC		
		Gastos em função da total das despesas de capital	€	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CMC		
	Receta própria em função da receita total	€	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CMC			
	Impostos recolhidos em função do imposto cobrado	€	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CMC			
	Orçamento Participativo	nº/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de projetos apresentados e selecionados, ações de esclarecimento, número de votantes e montantes de investimento	CMC			
	Agenda Cascais 21	nº/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	Ações de esclarecimento e número de participações	CMC			
	IGT's	nº/tempo	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CMC			
	Votantes que participaram nas últimas eleições para o Município em função dos eleitores	%	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CNE			
	Mulheres eleitas em função do número total de eleitos	%	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CNE			
	Porcentagem de mulheres empenhadas nos serviços do Município	%	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CMC			
	Número de condenações por corrupção e/ou suborno por funcionários municipais por 100.000 habitantes	nº/100.000 habitantes	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CMC			
	Reprezentação de cidadãos: número de funcionários locais eleitos para um cargo, por 100.000 habitantes	nº/100.000 habitantes	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CMC			
	Número de votantes registados em função da população com idade para votar	nº	Eixo 5 Cascais - Território de Cidadania Ativa	FCD 2: Coesão e Inclusão	(cf. norma)	CNE			
	Estrutura Fundiária	Ocupação do solo	Dimensão média da propriedade	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da evolução da estrutura fundiária do concelho	CMC/Finanças	
			Uso do solo	% superfície do solo / uso	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das formas de aproveitamento do solo, de acordo com a sua classificação e qualificação	CMC, INE	
			Densidade populacional	nº hab / ha	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da distribuição da população pelo território	CMC, INE	
		Densidade habitacional	fogos/ha	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da distribuição dos alojamentos pelo território	CMC, INE		
		Operações de loteamento	Legitimidade	Operações de loteamento licenciadas	Nº de alvarás/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da evolução do número de Alvarás de loteamento emitidos.	CMC
				De qual, inseridos numa área urbana de gènesse ilegal (AUGI)	Nº de alvarás/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da evolução do número de Alvarás de loteamento em AUGI emitidos.	CMC
				Entidade requerente, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das entidades promotoras das operações de loteamento, por tipologia	CMC
Enquadramento urbanístico			Articulação com instrumentos de gestão territorial, por tipologia:	Pessoa singular,					
				Pessoa coletiva,					
				Administração Central,					
				Administração Regional,					
				Administração Local,					
				Empresa de serviço público,					
				Cooperativa de habitação,					
				Instituição sem fins lucrativos,					
				Iniciativa dos interessados					
				Cooperação,					
				Imposição administrativa					
	Enquadramento em termos de Serviço administrativa e Restrição de utilidade pública, por tipologia:			n.º e %/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da articulação das operações de loteamento com os IGT, por tipologia	CMC	
Operações de loteamento	Qualificação do solo, por tipologia:	Pessoa singular,							
		Pessoa coletiva,							
		Administração Central,							
		Administração Regional,							
		Administração Local,							
		Empresa de serviço público,							
		Cooperativa de habitação,							
		Instituição sem fins lucrativos,							
		Iniciativa dos interessados							
		Cooperação,							
		Imposição administrativa							
		Enquadramento em termos de Serviço administrativa e Restrição de utilidade pública, por tipologia:	n.º e %/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do enquadramento das operações de loteamento com as Serviços administrativas e Restrições de utilidade pública, por tipologia	CMC		
		Operações de loteamento	Qualificação do solo, por tipologia:	Reserva Ecológica Nacional					
				Reserva Agrícola Nacional					
				Rede Natura					
				Zona de Proteção do Património Classificado					
				II - Solo urbano					
				a) Espaço Central					
b) Espaço Residencial									
c) Espaço Residencial Histórico									
d) Espaço Residencial Singular e Turístico									
e) Espaço de Atividades Económicas									
f) Espaço de Comércio e Serviços									
g) Espaço de Atividades Industriais									
h) Espaço de Uso Especial									
i) Espaço Estratégico									
ii) Espaço de Equipamento									
iii) Espaço de Infraestruturas									
iv) Espaço Verde									
v) Espaço Verde de Recreio e Produção									
vi) Espaço Verde de Proteção e Conservação									
vii) Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas									
II - Solo urbanizável									
a) Espaço de Atividades Económicas Proposto									
b) Espaço de Comércio e Serviços Proposto									
c) Espaço de Atividades Industriais Proposto									
d) Espaço de Uso Especial Proposto									
e) Espaço Estratégico Proposto									
f) Espaço de Turismo Proposto									
g) Espaço de Equipamento Proposto									
Operações de loteamento	Operações de loteamento que pressupõem a realização de obras de urbanização	Operações de loteamento que pressupõem a realização de obras de urbanização	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das operações de loteamento relativamente à realização de obras de urbanização	CMC		
		Operações de loteamento que não pressupõem a realização de obras de urbanização	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das operações de loteamento relativamente à realização de obras de urbanização	CMC		
		Parâmetros urbanísticos	Área objeto de operações de loteamento	Área objeto de operações de loteamento	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das ações de urbanização do território através da área de intervenção das operações de loteamento	CMC, INE
				Área total de implantação	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das áreas de implantação previstas nos alvarás de loteamento	CMC, INE
				Área total de impermeabilização	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das áreas de impermeabilização previstas nos alvarás de loteamento	CMC, INE
				Área total de construção por usos, por tipologia:	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das áreas de construção previstas nos alvarás de loteamento	CMC, INE
				Habituação					
				Turismo					
				Comércio					
				Serviços					
				Indústria					
				Equipamento					
				Área total dos lotes	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área afecta aos lotes previstas nas operações de loteamento	CMC, INE
				Área de estacionamento, por tipologia:	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área afecta a estacionamento, previstas nas operações de loteamento, por tipologia	CMC, INE
		Estacionamento público							
		Estacionamento Privado							
		Número de lugares de estacionamento, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do número de lugares de estacionamento, previstos nas operações de loteamento, por tipologia	CMC, INE		
		Estacionamento público							
Estacionamento Privado									
Número total de lotes	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do número de lotes previsto nas operações de loteamento	CMC, INE				
Número total de edifícios, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do número de edifícios, previstos nas operações de loteamento, por tipologia (isolada, banda, agrupada)	CMC, INE				
Edifícios isolados									
Edifícios em banda									
Edifícios agrupados									
Número total de fogos, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do número de fogos, previstos nas operações de loteamento, por tipologia	CMC, INE				
T1									
T2									
T3									
T4									
Fogos custos controlados									
Operações de loteamento	Integração no domínio municipal	Áreas para espaços verdes e utilização coletiva, por tipologia:	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área afecta aos espaços verdes e de utilização coletiva, previstas nas operações de loteamento, por tipologia	CMC		
		Área de solo do domínio público municipal							
		Área de solo do domínio privado municipal							
		Áreas para equipamentos de utilização coletiva, por tipologia:	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área afecta aos equipamentos de utilização coletiva previstas nas operações de loteamento, por tipologia	CMC		
		Área de solo do domínio público municipal							
		Área de solo do domínio privado municipal							
		Áreas respeitantes às infraestruturas viárias, por tipologia:	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área afecta aos espaços destinados aos sistemas intraurbanos de circulação motorizada, previstas nas operações de loteamento, por tipologia	CMC		
		Área de solo do domínio público municipal							
		Área de solo do domínio privado municipal							
		Operações de loteamento	Nº de operações urbanísticas licenciadas	Operações urbanísticas licenciadas ou não registadas (com. prévias), segundo o tipo de obra	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da evolução do número de licenças emitidas, por tipologia	CMC
				Construção					
				Alteração					
				Ampliação					
				Reconstrução com aumento do nº de pisos ou altura de fachada					
				Demolições não previstas em licença de reconstrução					
				Demais operações urbanísticas					
				Nº de operações urbanísticas não registadas (com. prévias), segundo o tipo de obra	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da evolução do número de obras não registadas, por tipologia	CMC
				Construção					
Alteração									
Ampliação									
Reconstrução sem aumento do nº de pisos ou altura de fachada									
Operações de loteamento	Legitimidade			Entidade requerente, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das entidades promotoras das restantes operações urbanísticas, com exceção dos loteamentos, por tipologia	CMC
				Pessoa singular,					
				Pessoa coletiva,					
				Administração Central,					
				Administração Regional,					
				Administração Local,					
		Empresa de serviço público,							
		Cooperativa de habitação,							
		Instituição sem fins lucrativos,							
		Iniciativa dos interessados							
		Cooperação,							
		Imposição administrativa							
		Operações de loteamento	Enquadramento urbanístico	Articulação com instrumentos de gestão territorial e outros instrumentos urbanísticos, por tipologia:	n.º e %/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da articulação das obras de edificação e demolição licenciadas com os IGT, por tipologia	CMC
				Pessoa singular,					
				Pessoa coletiva,					
				Administração Central,					
				Administração Regional,					
				Administração Local,					
Empresa de serviço público,									
Cooperativa de habitação,									
Instituição sem fins lucrativos,									
Iniciativa dos interessados									
Cooperação,									
Imposição administrativa									
Enquadramento em termos de Serviço administrativa e Restrição de utilidade pública, por tipologia:	n.º e %/tempo			Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do enquadramento das obras de edificação e demolição licenciadas com as Serviços administrativas e Restrições de utilidade pública, por tipologia	CMC		
Operações de loteamento	Classificação do solo, por tipologia:			Reserva Ecológica Nacional					
				Reserva Agrícola Nacional					
				Rede Natura					
				Zona de Proteção do Património Classificado					
				II - Solo urbano					
		a) Espaço Central							
		b) Espaço Residencial							
		c) Espaço Residencial Histórico							
		d) Espaço Residencial Singular e Turístico							
		e) Espaço de Atividades Económicas							
		f) Espaço de Comércio e Serviços							
		g) Espaço de Atividades Industriais							
		h) Espaço de Uso Especial							
		i) Espaço Estratégico							
		ii) Espaço de Equipamento							
		iii) Espaço de Infraestruturas							
		iv) Espaço Verde							
		v) Espaço Verde de Recreio e Produção							
vi) Espaço Verde de Proteção e Conservação									
vii) Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas									
II - Solo urbanizável									
a) Espaço de Atividades Económicas Proposto									
b) Espaço de Comércio e Serviços Proposto									
c) Espaço de Atividades Industriais Proposto									
d) Espaço de Uso Especial Proposto									
e) Espaço Estratégico Proposto									
f) Espaço de Turismo Proposto									
g) Espaço de Equipamento Proposto									
Operações de loteamento	Parâmetros urbanísticos	Área total de implantação	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área de implantação referente às obras de edificação e demolição licenciadas, por tipologia	CMC, INE		
		Área total de impermeabilização	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área de impermeabilização referente às obras de edificação e demolição licenciadas, por tipologia	CMC, INE		
		Área total de construção por usos, por tipologia:	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área de construção edificada referente a cada regime de uso nas obras de edificação e demolição licenciadas, por tipologia	CMC, INE		
		Habituação							
		Turismo							
		Comércio							
		Serviços							
		Indústria							
		Equipamento							
		Áreas de estacionamento, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área de estacionamento previstos nos licenciamentos de obras, por tipologia	CMC, INE		
		Estacionamento público							
		Estacionamento Privado							
		Número de lugares de estacionamento, por tipologia:	n.º/tempo						

Temas	Sub-temas	Indicador	Unidade	Eixo Estratégico	Avaliação Ambiental Estratégica - FCD	Descrição	Fonte	
Dinâmicas Territoriais		Classificação energética e de qualidade do ar interior, por tipologia:	A a F/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do tipo de obras com Licenças/Autorizações de utilização, por tipologia	CMC; INE	
		A*						
		A						
		B						
		C						
		D						
		E						
		F						
		Usos						
		Usos a que se destinam as edificações, por tipologia:	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do número de edificações com licença de utilização, por tipologia	CMC	
Alterações de utilização		Habituação						
		Turismo						
		Comércio						
		Serviços						
		Indústria						
		Equipamento						
		Nº de autorizações de alteração de utilização emitidas						
		Das quais para edifícios	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das entidades requerentes das Licenças/Autorizações de alteração de utilização, por tipologia	CMC	
		Das quais para fogos	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das entidades requerentes das Licenças/Autorizações de alteração de utilização, por tipologia	CMC	
		Entidade requerente, por tipologia:						
Trabalhos de remodelação de terrenos		Entidade requerente, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das entidades promotoras nas obras de remodelação de terrenos licenciadas, por tipologia	CMC	
		Entidade requerente, por tipologia:						
		Parâmetros urbanísticos						
		Número de lugares de estacionamento, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do número de estacionamentos previstos nos licenciamentos de obras, por tipologia	CMC	
		Estacionamento público						
		Estacionamento privado						
		Nº de operações de remodelação de terrenos licenciadas / não rejeitadas (comunicações prévias)	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da evolução do número de Licenças/Autorizações emitidas	CMC	
		Remediação de terrenos licenciadas em área não abrangida por operação de loteamento						
		Remediação de terrenos não rejeitados em área abrangida por operação de loteamento						
		Entidade requerente, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação das entidades promotoras nas obras de remodelação de terrenos licenciadas, por tipologia	CMC	
Alojamentos		Entidade requerente, por tipologia:						
		Parâmetros urbanísticos						
		Área total do terreno	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área total do terreno	CMC	
		Área total a remodelar	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área do terreno a remodelar	CMC	
		Área total a impermeabilizar	m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da área a impermeabilizar do terreno a remodelar	CMC	
		Finalidade						
		Finalidade dos trabalhos, por tipologia:	n.º e %/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da finalidade das remodelações de terrenos	CMC	
		Campos de golfe						
		Aterros sanitários						
		Edifícios		Parques de camping				
Pistas de desportos motorizados								
Instalações desportivas								
Aeródromos e aeroportos								
Outros								
Evolução								
Regime de uso, por tipologia:	nº de alojamentos/tempo			Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da evolução do parque habitacional no município através do número total de alojamentos existentes	INE	
Clássicos								
Não clássicos								
Vagos								
Uso sazonal								
Reabilitação Urbana		Uso sazonal						
		Evolução						
		Época de construção	nº de edifícios/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação da evolução do parque edificado no município no que diz respeito à antiguidade dos edifícios existentes, através da relação do número de edifícios construídos em determinada época	INE	
		Usos, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação dos usos do parque edificado	INE	
		Edifícios exclusivamente residenciais						
		Edifícios principalmente residenciais						
		Edifícios principalmente não residenciais						
		Pisos	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Avaliação do parque edificado do conceito no que se refere ao número de pisos dos edifícios existentes	INE	
		Edifícios Reabilitados	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Evolução da quantidade e área de edifícios reabilitados	CMC	
		Edifícios Reabilitados em ARU	n.º/m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Evolução da quantidade e área de edifícios reabilitados em Áreas de Reabilitação Urbana	CMC	
Edifícios Reabilitados em ARU	n.º/m2/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Evolução da quantidade e área de edifícios reabilitados em Áreas de Reabilitação Urbana	CMC			
Investimento em reabilitação de espaço público	€/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Evolução do investimento público e privado em reabilitação de fogos	CMC			
Investimento em reabilitação de espaço público em ARU	€/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Evolução do investimento público e privado em reabilitação de fogos em Áreas de Reabilitação Urbana	CMC			
Qualificação do solo, por tipologia:	n.º e %/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Permite aferir o grau de ocupação de cada tipologia do PDM	CMC			
Gestão Territorial		I - Solo urbanizado						
		a) Espaço Central:						
		i) Espaço Central Histórico;						
		b) Espaço Residencial;						
		i) Espaço Residencial Histórico;						
		ii) Espaço Residencial Singular e Turístico;						
		c) Espaço de Atividades Económicas;						
		i) Espaço de Comércio e Serviços;						
		ii) Espaço de Atividades Industriais;						
		d) Espaço de Uso Especial:						
i) Espaço Estratégico;								
ii) Espaço de Equipamento;								
iii) Espaço de Infraestruturas;								
e) Espaço Verde;								
i) Espaço Verde de Recreio e Produção;								
ii) Espaço Verde de Proteção e Conservação;								
iii) Espaço Verde de Proteção e Infraestruturas;								
II - Solo urbanizável								
a) Espaço de Atividades Económicas Proposto;								
i) Espaço de Comércio e Serviços Proposto;								
ii) Espaço de Atividades Industriais Proposto;								
b) Espaço de Uso Especial Proposto;								
i) Espaço Estratégico Proposto;								
ii) Espaço de Turismo Proposto;								
iii) Espaço de Equipamento Proposto;								
III - Solo rural								
a) Espaço Natural;								
i) Espaço Natural de Nível 1;								
ii) Espaço Natural de Nível 2;								
iii) Espaço Natural de Nível 3;								
b) Espaço de Aglomerados Rurais;								
c) Espaço de Recursos Geológicos;								
d) Espaço de Equipamento;								
e) Espaço de Ocupação Turística.								
Área de espaços públicos em função da área do município	ha/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	[cf. norma]	CMC			
Sub-unidades Operativas de Planeamento e Gestão (níveis de execução)	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Permite aferir o grau de evolução da execução das UOP e sub-UOP definidas bem como o modelo de execução utilizado	CMC			
Planos de Urbanização - em elaboração (níveis de execução)	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Permite aferir o grau de evolução da execução procedimental	CMC			
Planos de Pormenor - em elaboração (níveis de execução), por tipologia:	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Permite aferir o grau de evolução da execução procedimental	CMC			
Plano de Pormenor da Boca do Inferno								
Plano de Pormenor da Quinta da Carreira								
Plano de Pormenor de Alcázar de São João e Alcazar de Cima								
Plano de Pormenor de Área								
Plano de Pormenor de Biscaia e Figueira do Guincho								
Plano de Pormenor de Cabeiro								
Plano de Pormenor de Charneque								
Plano de Pormenor de Matosinhos e Serra de São João								
Plano de Pormenor de Matosinhos								
Plano de Pormenor de Zambujal								
Plano de Pormenor do Ego Parque e da Via Circular de Tróvão								
Plano de Pormenor para a Área de Intervenção Específica da Atrova								
Plano de Pormenor para a Área de Intervenção Específica do Autódromo								
Plano de Pormenor para a Reconversão Urbanística da Praça de Touros de Cascais								
Plano de Pormenor de Alcabache								
Plano Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística do Terreno do Hotel Miramar								
Planos de Pormenor - em vigor (níveis de execução), por tipologia	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Permite aferir o grau de evolução da execução material, quanto a áreas ocupadas, comprometidas e livres	CMC			
Plano de Pormenor do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro								
Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão								
Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul								
Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Souselos Norte								
Plano de Pormenor para a Instalação da Sede Nacional da Brite-Auto Estradas de Portugal								
Plano de Pormenor para a Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril-Sol e Área Envolvente								
Plano de Pormenor da Área Envolvente a St. Dominic's								
Plano de Pormenor da Galiza								
Plano de Pormenor da Guia								
Plano de Pormenor da Quinta da Alameda de Cima								
Plano de Pormenor da Residência de 3.ª Etapa - Apartamentos Rei Carol								
Plano de Pormenor de Alvide - Gaveta da Rua de Alvide com a Rua de Catarina Eufémia								
Plano de Pormenor de um terreno designado "Madal"								
Plano de Pormenor do Monte Estoril - Avenida do Faial/Rua dos Açores								
Plano de Pormenor do terreno compreendido entre a Rua de Espinho e a Av. São Pedro								
Plano Pormenor da Avenida da Venezuela								
Plano de Pormenor de Reestruturação Urbanística e Valorização Patrimonial da Área Envolvente à Vila Romana de Freixo								
Unidades de Execução (níveis de execução)	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Permite aferir o grau de evolução da execução material, quanto a áreas ocupadas, comprometidas e livres	CMC			
Estudos Urbanísticos (níveis de execução)	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Permite aferir o número de estudos urbanísticos desenvolvidos bem como a abrangência dos mesmos	CMC			
Imóveis classificados, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de processos de classificação de imóveis de interesse cultural	CMC / DGPC			
Conjunto de interesse municipal								
Conjunto de interesse público								
Sítio de interesse municipal								
Sítio de interesse público								
Imóvel de interesse municipal								
Imóvel de interesse público								
Monumento de interesse municipal								
Monumento de interesse público								
Monumento Nacional								
Monumento Nacional								
Imóveis em vias de classificação, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de abertura de processos de classificação de imóveis de interesse cultural	CMC / DGPC			
Conjunto de interesse municipal								
Conjunto de interesse público								
Sítio de interesse municipal								
Sítio de interesse público								
Imóvel de interesse municipal								
Imóvel de interesse público								
Monumento de interesse municipal								
Monumento de interesse público								
Monumento Nacional								
Monumento Nacional								
Imóveis inventariados, por tipologia:								
Inventariação por despacho da Administração Central								
Património arqueológico								
Património arqueológico subaquático								
Património arquitetónico								
Elemento singular								
Arte pública								
Intervenções arqueológicas, por tipologia:	n.º/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de intervenções arqueológicas	CMC / DGPC			
A - Investigação programada								
B - Valorização								
C - Ação preventiva e de minimização de impacto								
D - Ação de emergência								
Relatórios de trabalhos arqueológicos	n.º/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de relatórios arqueológicos entregues	DGPC			
Depósitos de bens arqueológicos	n.º/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de depósitos de bens arqueológicos nas reservas municipais por unidade de tempo	CMC			
Ações de conservação e manutenção	n.º/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de ações de conservação e manutenção em imóveis de interesse cultural	CMC / DGPC			
Investimento em conservação e manutenção (público/privado)	€/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 4: Marca Cascais	Evolução do investimento público e privado em ações de conservação e manutenção de imóveis de interesse cultural	CMC / DGPC			
Incentivos à conservação e manutenção	€/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 4: Marca Cascais	Evolução dos incentivos municipais a entidades privadas para ações de conservação e manutenção de imóveis de interesse cultural	CMC			
Ações de avaliação de risco	n.º/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Evolução da quantidade de ações de avaliação de risco em imóveis de interesse cultural	CMC			
Incidentes	n.º/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Evolução da quantidade de incidentes registados em imóveis de interesse cultural	CMC / DGPC			
Bens culturais imóveis		População residente	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Variação populacional. Avalia a dinâmica populacional do território.	INE; PORDATA; CMC	
		População residente por sexo	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avalia a dinâmica populacional do território, por sexo.	INE; PORDATA; CMC	
		População residente por sexo	n.º/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	NE de habitantes (por sexo) / Ano de referência	INE; PORDATA; CMC	
		Densidade populacional	n.º/kin²	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avalia a carga populacional.	INE; PORDATA; CMC	

Temas	Sub-temas	Indicador	Unidade	Eixo Estratégico	Avaliação Ambiental Estratégica - FCD	Descrição	Fonte	
Socioeconomia	População	Jovens (menos de 15 anos)	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Variação. Número em cada ano de referência	INE; PORDATA; CMC	
		População em idade ativa (15 aos 64 anos)	%/tempo	Eixo 4 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Variação. Número em cada ano de referência	INE; PORDATA; CMC	
		Idosos (65 anos e mais)	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Variação. Número em cada ano de referência	INE; PORDATA; CMC	
		Índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens)	nº/tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de idosos por cada 100 jovens. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens	INE; PORDATA; CMC	
		Índice de dependência de jovens (jovens por cada 100 pessoas em idade ativa)	nº/tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de jovens por cada 100 pessoas em idade ativa. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa	INE; PORDATA; CMC	
		Índice de dependência de idosos (idosos por cada 100 pessoas em idade ativa)	nº/tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa	INE; PORDATA; CMC	
		Índice de dependência total (jovens e idosos por cada 100 pessoas em idade ativa)	nº/tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de jovens e idosos por cada 100 pessoas em idade ativa. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa	INE; PORDATA; CMC	
		Taxa natalidade (nascimentos por cada 1000 habitantes)	1/1000tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de nascimentos por cada 1000 habitantes	INE; PORDATA; CMC	
		Taxa mortalidade (óbitos por cada 1000 habitantes)	1/1000tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de óbitos por cada 1000 habitantes	INE; PORDATA; CMC	
		Mortalidade infantil (abaixo de 5 anos, por 1000 habitantes)	nº/1000tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de óbitos de crianças abaixo de 5 anos por cada 1000 habitantes	INE; PORDATA; CMC	
		Saída natural (diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos)	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos num dado período de tempo	INE; PORDATA; CMC	
		Saída migratória (diferença entre o total de imigrantes e o total de emigrantes)	nº/tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram	INE; PORDATA; CMC	
		População estrangeira em % da população residente	%/tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de população estrangeira / total da população residente x 100	INE; PORDATA; CMC	
		Dimensão média da família	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de pessoas que cada família tem em média	INE; PORDATA; CMC	
		Famílias residentes	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Permite perceber o número de famílias existentes	INE; PORDATA; CMC	
		Taxa analfabetismo	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	% de famílias residentes / Ano de referência	INE; PORDATA; CMC	
		Nível de escolaridade, por tipologia:	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	População por nível de escolaridade	INE; PORDATA; CMC	
		sem nível de escolaridade						
		Básico 1º ciclo						
		Básico 2º ciclo						
	Básico 3º ciclo							
	Secundário							
	Médio							
	Superior							
	Área de equipamento escolar por aluno (área ocupada com equipamento escolar / Alunos matriculados)	m²/individuo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Área total de equipamentos escolares / número total de alunos	INE; PORDATA; CMC		
	População feminina com idade escolar matriculada em escolas	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	Estudantes a concluir a escolaridade obrigatória	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	Estudantes a concluir o ensino secundário	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	Número de professores por aluno	nº/individuo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	População masculina com idade escolar matriculada em escolas	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	População com idade escolar matriculada em escolas	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	Número de indivíduos com ensino superior finalizado por 100.000 habitantes	nº/100.000 habitantes	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	Despesa Pública (municipal) com educação	€/individuo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Despesa municipal em educação / número total de alunos	INE; PORDATA; CMC		
	População ativa (população empregada + população desempregada)	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Permite avaliar o peso de cada setor de atividade, no emprego	INE; PORDATA; CMC		
	População empregada por setor de atividade, por tipologia:	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão				
	Sector Primário							
	Sector Secundário							
	Sector Terciário							
	Taxa de desemprego por grupo etário, por tipologia:	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	15 a 24 anos							
	25 a 34 anos							
	35 a 44 anos							
	45 a 54 anos							
	55 a 64 anos							
	65+ anos							
	Taxa de desemprego jovem	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	Desempregados inscritos nos centros de emprego	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	variação do número de indivíduos inscritos no centro de emprego	IEFP; PORDATA		
	Rácio emprego/habitante	%	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	[cf. norma]	IEFP; PORDATA		
	PIB per capita	€/individuo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Total da riqueza criada / habitante	INE; PORDATA; CMC		
	Poder de compra	€/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 2: Coesão e Inclusão	Avaliação mensal do rendimento disponível	INE; PORDATA; CMC		
	Estabelecimentos por setor de atividade, por tipologia:	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Nº de empresas por setor de atividade. Serve para aferir a dimensão e diversidade do tecido económico. Caso se considere necessário pode recorrer-se aos códigos CAE e fragmentar as tipologias	INE; PORDATA; CMC		
	Sector Primário							
	Sector Secundário							
	Sector Terciário							
	Densidade de empresas	nº/km²	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Número de empresas por km². Serve para aferir a densidade do tecido económico	INE; PORDATA; CMC		
	Número de empresas por 1000.000 habitantes	nº	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	Empresas constituídas por setor de atividade, por tipologia:	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Serve para avaliar a dinâmica de crescimento, por setor de atividade	INE; PORDATA; CMC		
	Sector Primário							
	Sector Secundário							
	Sector Terciário							
	Empresas Dissolvidas por setor de atividade, por tipologia:	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Serve para avaliar a dinâmica de crescimento, por setor de atividade	INE; PORDATA; CMC		
	Sector Primário							
	Sector Secundário							
	Sector Terciário							
	Volume de negócios por setor de atividade, por tipologia:	€/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Permite avaliar o peso de cada setor de atividade	INE; PORDATA; CMC		
	Sector Primário							
	Sector Secundário							
	Sector Terciário							
	Valor de avaliação de propriedades comerciais e industriais	€	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	[cf. norma]	INE; PORDATA; CMC		
	Taxa de execução do "Espaço de Comércio e Serviços Proposto" no PDM	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Corresponde à % de área ocupada e comprometida em relação ao total da área. Permite perceber a ocupação destes espaços.	CMC		
	Taxa de execução do "Espaço Estratégico Proposto" no PDM	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Corresponde à % de área ocupada e comprometida em relação ao total da área. Permite perceber a ocupação destes espaços.	CMC		
	Taxa de execução do "Espaço de Atividades Industriais Proposto" no PDM	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Corresponde à % de área ocupada e comprometida em relação ao total da área. Permite perceber a ocupação destes espaços.	CMC		
	Unidades de turismo existentes por tipologia, por tipologia:	nº/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Número de unidades turísticas/tipo de unidade. Caracteriza o território face à capacidade turística instalada.	INE; TP; CMC		
	Estabelecimentos hoteleiros							
	Alojamentos turísticos							
	Apartamentos turísticos							
	Conjuntos turísticos (resorts)							
	Empreendimentos de turismo de habitação							
	Empreendimentos de turismo no espaço rural							
	Parques de campismo e de caravanismo							
	Taxa de alojamentos turísticos	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Permite aferir a dimensão do setor do turismo face às condições existentes no território. (Nº de camas turísticas / população residente) x 100	INE; TP; CMC		
	Estadia média em estabelecimentos hoteleiros	tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Nº de dias médios de estadia	INE; TP; CMC		
	Taxa de ocupação, mensal, do alojamento turístico, por origem, por tipologia:	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Área o grau de ocupação dos alojamentos turísticos, a sua sazonalidade, bem como a principal origem dos turistas (nº de dormidas / nº camas turísticas) x nº de dias do período de referência	INE; TP; CMC		
	Nacionais							
	Europeus							
	Não Europeus							
	Taxa de execução do "Espaço de Turismo Proposto" no PDM	%/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Corresponde à % de área ocupada e comprometida em relação ao total da área. Permite perceber a ocupação destes espaços.	CMC		
	Preço médio por quarto vendido (PAR), mensal e anual	€/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Corresponde à % de área ocupada e comprometida em relação ao total da área. Permite perceber a ocupação destes espaços.	Cascais Dinâmica		
	Recosta média por quarto disponível (VER PAR), mensal e anual	€/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Corresponde à % de área ocupada e comprometida em relação ao total da área. Permite perceber a ocupação destes espaços.	Cascais Dinâmica		
	Preços no alojamento, mensal e anual	€/tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 4: Marca Cascais	Corresponde à % de área ocupada e comprometida em relação ao total da área. Permite perceber a ocupação destes espaços.	Cascais Dinâmica		
	Eventos, por tipologia:	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de eventos culturais	CMC / Fundação D. Luís		
	Exposição							
	Publicação							
	Atividade educativa							
	Concerto							
	Festival							
	Visitas							
	Conferências							
	Outros eventos							
	Ações de divulgação	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de ações de divulgação de eventos culturais	CMC / Fundação D. Luís		
Participantes em eventos, por tipologia:	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de participantes em eventos culturais	CMC / Fundação D. Luís			
Local								
Regional								
Nacional								
Internacional								
Visitantes por equipamento e origem:	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de visitantes de equipamentos culturais	CMC / Fundação D. Luís			
Local								
Regional								
Nacional								
Internacional								
Incorporação e inventariação de bens móveis e materiais	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução da quantidade de bens móveis e materiais de interesse cultural incorporados e inventariados nas coleções municipais	CMC / Fundação D. Luís			
Investimento em divulgação	€/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução do investimento na divulgação de eventos culturais	CMC / Fundação D. Luís			
Recursos diretos da utilização de equipamentos	€/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução de receitas decorrentes da utilização de equipamentos culturais	CMC / Fundação D. Luís			
Recursos indiretos de eventos	€/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Evolução de receitas indiretas dos eventos culturais promovidos	CMC / Fundação D. Luís			
Unidades de Investigação	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Número de unidades existentes	CMC; DNA; IAPMEI			
Centros Municipais à procura em I&D, em número e valor	€/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Número de projetos apoiados e montante aplicado	CMC; DNA; IAPMEI			
Novas patentes por 100.000 habitantes	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	[cf. norma]	CMC; DNA; IAPMEI			
Número de ligações de internet por 100.000 habitantes	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	[cf. norma]	CMC; DNA; IAPMEI			
Número de ligações de telemóveis por 100.000 habitantes	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	[cf. norma]	CMC; DNA; IAPMEI			
Número de ligações de telefones fixos por 100.000 habitantes	nº/tempo	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	[cf. norma]	CMC; DNA; IAPMEI			
Infraestruturas	Rede viária, por tipologia:	km, %	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização da rede viária e avaliação no programa de execução do PDM	CMC / IP		
	Rede viária existente							
	Rede viária prevista no PDM							
	Rede viária construída							
	Rede viária requalificada / melhorada							
	Taxa de execução							
	Número de circulações rodoviárias	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Quantificação de circulações rodoviárias nas horas de ponta, corpo do dia e período noturno	CMC / IP / Consultor Externo		
	Rede ferroviária, por tipologia:	km, %	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização da rede ferroviária e avaliação no programa de execução do PDM	CMC / IP		
	Rede ferroviária existente							
	Rede ferroviária prevista no PDM							
	Rede ferroviária construída							
	Rede ferroviária requalificada / melhorada							
	Taxa de execução							
	Número de circulações ferroviárias	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de circulações ferroviárias nas horas de ponta, corpo do dia e período noturno	CMC / IP		
	Densidade da rede ferroviária	km/km²	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Densidade da rede ferroviária nacional (km/km²) por Localização geográfica	CMC / IP		
	Rede pedonal, por tipologia:	km, %	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização da rede pedonal e avaliação no programa de execução do PDM	CMC / IP		
	Rede pedonal existente							
	Rede pedonal construída							
	Rede pedonal requalificada / melhorada							
	Taxa de execução							
	Rede ciclável, por tipologia:	km, %	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização da rede ciclável e avaliação no programa de execução do PDM	CMC / IP		
	Rede ciclável existente							
	Rede ciclável prevista no PDM							
	Rede ciclável construída							
	Rede ciclável requalificada / melhorada							
	Taxa de execução							
	Aeroportuárias, por tipologia:	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização das infraestruturas aeroportuárias e avaliação no programa de execução do PDM	CMC / IP		
	Infraestruturas existentes							
	Número de viagens							
	Número de passageiros							
Marítimas, por tipologia:	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização das infraestruturas marítimas e avaliação no programa de execução do PDM	CMC / IP			
Infraestruturas existentes								
Número de viagens								
Número de passageiros								
Concessionária rodoviária, por tipologia:	n.º, tempo	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização da concessionária rodoviária	CMC / Concessionário / MT			
Número de unidades								
Número de viagens								
Número de passageiros								
Idade da unidade mais recente								
Idade da unidade de maior longevidade								
Idade média da frota de TP rodoviária presente no conceito por operador	n.º, %	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Frota de TP adaptada a Pessoas com Mobilidade Reduzida (n.º de veículos e % face ao total da frota)	CMC / Concessionário			
Expansão da cobertura de áreas urbanas por TP	n.º, %	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Novas áreas urbanas servidas por TP (área total de construção na área de influência dos 400m da rede TP, com pelo menos 2 serviços por hora, no período de maior procura) (valor absoluto e % face ao total)	CMC / MT			
Número de linhas TP com integração tarifária nos TIVUs ocasionais	n.º, %	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de linhas TP com integração tarifária (entendida como a possibilidade de realizar uma viagem, utilizando mais do que um modo ou operador de transporte, e pagando um único valor)	CMC / Concessionário / MT			
Linhas de Cascais, por tipologia:	n.º, tempo	Eixo 2 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização da operadora de Linhas Ferroviárias de Cascais	CMC / IP			
Número de unidades								
Número de viagens								
Número de passageiros								
Idade da unidade mais recente								
Idade da unidade de maior longevidade								
Idade média da frota								
Número de voos	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Quantificação do número de voos	CMC / Concessionário			
Número de destinos aéreos comerciais (distos sem escala)	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade					



Temas	Sub-temas	Indicador	Unidade	Eixo Estratégico	Avaliação Ambiental Estratégica - FCD	Descrição	Fonte
Movimentos pendulares	Repartição modal dos alunos nas deslocações casa-escola	n.º %	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Repartição modal dos alunos nas deslocações casa-escola (valor absoluto de cada modo e % face ao total de deslocações dos alunos residentes no concelho)	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	Duração média dos movimentos pendulares	tempo	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	Acessibilidade em Transporte Público, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Quantificação da população e emprego na área de influência da rede TP	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	População residente na área de influência da rede TP com 3 ou mais serviços por hora e sentido	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Emprego na área de influência da rede TP com 3 ou mais serviços por hora e sentido	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	Emprego na área de influência da rede rodoviária	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Quantificação da população e emprego na área de influência da rede rodoviária	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	População residente na área de influência (250 m) da rede pedonal estruturante	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Emprego na área de influência (250 m) da rede pedonal estruturante	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	População residente na área de influência (250 m) da rede ciclável estruturante	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Emprego na área de influência (250 m) da rede ciclável estruturante	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	Residentes na área de influência da rede rodoviária	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Emprego na área de influência da rede rodoviária	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	Proporção de utilização do automóvel nas deslocações	%	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Proporção de utilização do automóvel nas deslocações (%) por Local de residência	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	Consumo de combustível automóvel por habitante	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab) por Local de residência	CMC / IP / INE / Consultor Externo
	Transporte elétrico, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização de transporte elétrico	CMC / Concessionário
	Número de unidades elétricas em TP rodoviários	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Pontos de carregamento	CMC / Concessionário
	Índice de satisfação dos utilizadores	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Índice de satisfação dos utilizadores	CMC / Concessionário
	Consumo de energia elétrica	kWh	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo	CMC / Concessionário
	Transporte Táxi, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização de transportes táxi	CMC / Concessionário
Transporte sustentável / de atratividade	Pontos de acesso ao serviço	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Méda de acessos da frota	CMC / Concessionário
	Índice de satisfação dos utilizadores	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Índice de satisfação dos utilizadores	CMC / Concessionário
	Bicicletas / Bikes rodar, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Caraterização de outros tipos de transporte de atratividade	CMC / Concessionário
	Número de equipamentos	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Pontos de acesso	CMC / Concessionário
	Quilómetros de caminhos e pistas para bicicletas per capita	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de utilizadores	CMC / Concessionário
	Número de acidentes / acidentes totais por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Quilómetros de caminhos e pistas para bicicletas per capita	CMC / Concessionário
	Número de vítimas de acidentes (TI, TP, Modos Suaves)	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de acidentes / acidentes totais por tipologia:	CMC / Concessionário
	Número de mortos (TI, TP, Modos Suaves)	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de vítimas de acidentes (TI, TP, Modos Suaves)	CMC / Concessionário
	Número de feridos graves (TI, TP, Modos Suaves)	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de mortos (TI, TP, Modos Suaves)	CMC / Concessionário
	Número de feridos ligeiros (TI, TP, Modos Suaves)	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de feridos graves (TI, TP, Modos Suaves)	CMC / Concessionário
	Número de atropelamentos (TI, TP, Modos Suaves)	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de feridos ligeiros (TI, TP, Modos Suaves)	CMC / Concessionário
	Vítimas de acidentes com peões e ciclistas	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de atropelamentos (TI, TP, Modos Suaves)	CMC / Concessionário
	Vítimas de acidentes de viação	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Vítimas de acidentes com peões e ciclistas	CMC / Concessionário
	Acidentes em transportes por 100.000 habitantes	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Vítimas de acidentes de viação (N.º por Localização geográfica e Tipo de vítima)	CMC / Concessionário
	Indicador de Sinistralidade Rodoviária Municipal	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Acidentes em transportes por 100.000 habitantes	CMC / Concessionário
Segurança na Mobilidade	Pontos críticos, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Indicador de Sinistralidade Rodoviária Municipal	CMC / Concessionário
	Número de pontos críticos de critério das forças de segurança	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Pontos críticos, por tipologia:	CMC / Concessionário
	Extensão de ações de eliminação dos pontos críticos	km	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de pontos críticos de critério das forças de segurança	CMC / Concessionário
	Estacionamento de superfícies, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Extensão de ações de eliminação dos pontos críticos	CMC / Concessionário
	Número de lugares regulados e não-regulados	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Estacionamento de superfícies, por tipologia:	CMC / Concessionário
	Número de estacionamentos ligas	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de lugares regulados e não-regulados	CMC / Concessionário
	Índice de satisfação da oferta de estacionamento	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de estacionamentos ligas	CMC / Concessionário
	Número de lugares tarifados	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Índice de satisfação da oferta de estacionamento	CMC / Concessionário
	Número de lugares para Pessoas com Mobilidade Reduzida	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de lugares tarifados	CMC / Concessionário
	Número de estacionamentos na área de influência de interface	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de lugares para Pessoas com Mobilidade Reduzida	CMC / Concessionário
	Número de parques públicos e privados	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de estacionamentos na área de influência de interface	CMC / Concessionário
	Índice de satisfação do serviço de parques	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Número de parques públicos e privados	CMC / Concessionário
	Oferta de lugares em parques	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Índice de satisfação do serviço de parques	CMC / Concessionário
	Parques de bicicletas / outros	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Oferta de lugares em parques	CMC / Concessionário
	Número de parques na área de influência de interface	n.º	n.º	Eixo 1 Cascais - Território com qualidade de vida urbana	FCD 1: Requalificação Territorial e mobilidade	Parques de bicicletas / outros	CMC / Concessionário
Equipamentos	Estabelecimentos de ensino, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Permite verificar o número de equipamentos do concelho (com georreferenciação)	CMC
	Pré-escolar	121	121	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Estabelecimentos de ensino, por tipologia:	CMC
	Ensino básico	105	105	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Pré-escolar	CMC
	Ensino secundário	19	19	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Ensino básico	CMC
	Ensino superior	2	2	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Ensino secundário	CMC
	Outros	83	83	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 4: Marca Cascais	Ensino superior	CMC
	Unidades de saúde, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 2: Coesão e inclusão	Outros	CMC
	Hospitais	3	3	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 2: Coesão e inclusão	Unidades de saúde, por tipologia:	CMC
	Centros de saúde	4	4	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 2: Coesão e inclusão	Hospitais	CMC
	Extensões de centros de saúde	3	3	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 2: Coesão e inclusão	Centros de saúde	CMC
	Outros	2	2	Eixo 2 Cascais - Território de criatividade, conhecimento e inovação	FCD 2: Coesão e inclusão	Extensões de centros de saúde	CMC
	Associações juvenis e postos de informação jovem	35	35	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Outros	CMC
	Lojas de atendimento jovem	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Associações juvenis e postos de informação jovem	CMC
	Associações desportivas/recreativas	17	17	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Lojas de atendimento jovem	CMC
	Instalações desportivas, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Associações desportivas/recreativas	CMC
Frequência jogos	38	38	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Instalações desportivas, por tipologia:	CMC	
Grandes jogos	22	22	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Frequência jogos	CMC	
Polideportivos/salas de desporto	103	103	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Grandes jogos	CMC	
Campos de ténis	66	66	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Polideportivos/salas de desporto	CMC	
Golf	6	6	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Campos de ténis	CMC	
Hípico/cadeteiro	17	17	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Golf	CMC	
Piscinas/tanques de aprendizagem	26	26	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Hípico/cadeteiro	CMC	
Autódromo	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Piscinas/tanques de aprendizagem	CMC	
desporto náutico	3	3	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Autódromo	CMC	
Outros	97	97	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	desporto náutico	CMC	
Espaços de cultura, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Outros	CMC	
Arcos históricos	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Espaços de cultura, por tipologia:	CMC	
Museus	10	10	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Arcos históricos	CMC	
Bibliotecas	34	34	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Museus	CMC	
Bibliotecas escolares	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Bibliotecas	CMC	
Centro interpretativo	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Bibliotecas escolares	CMC	
Auditórios	8	8	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Centro interpretativo	CMC	
Espaço Multivalente/multifuncional	12	12	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Auditórios	CMC	
Cinemas	3	3	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Espaço Multivalente/multifuncional	CMC	
Teatros	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Cinemas	CMC	
Livrarias	8	8	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Teatros	CMC	
Galerias	4	4	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Livrarias	CMC	
Ludoteca	4	4	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Galerias	CMC	
Outros	9	9	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Ludoteca	CMC	
Associações culturais	49	49	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Outros	CMC	
Equipamentos da administração local, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Associações culturais	CMC	
Edifícios de juntas de freguesia	6	6	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Equipamentos da administração local, por tipologia:	CMC	
Assembleia	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Edifícios de juntas de freguesia	CMC	
Câmara Municipal	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Assembleia	CMC	
Equipamentos da administração central, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Câmara Municipal	CMC	
Repartição de finanças	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Equipamentos da administração central, por tipologia:	CMC	
Tribunal	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Repartição de finanças	CMC	
Estabelecimento prisional	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Tribunal	CMC	
Conservatória	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Estabelecimento prisional	CMC	
Equipamentos sociais, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Conservatória	CMC	
Craças e jovens	69	69	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Equipamentos sociais, por tipologia:	CMC	
Idosos e Dependentes	56	56	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Craças e jovens	CMC	
Com deficiência	19	19	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Idosos e Dependentes	CMC	
Com doença mental	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Com deficiência	CMC	
Com HIV	4	4	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Com doença mental	CMC	
Toxicodependência	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Com HIV	CMC	
Violência doméstica	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Toxicodependência	CMC	
Família e comunidade geral	23	23	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Violência doméstica	CMC	
Quartéis de bombeiros	5	5	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Família e comunidade geral	CMC	
Forças de segurança, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Quartéis de bombeiros	CMC	
Posto da polícia municipal	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Forças de segurança, por tipologia:	CMC	
Esquadra da PSP	8	8	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Posto da polícia municipal	CMC	
Esquadra da GNR	3	3	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Esquadra da PSP	CMC	
Posto do SEF	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Esquadra da GNR	CMC	
Equipamentos de defesa nacional	6	6	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Posto do SEF	CMC	
Postos da Autoridade marítima	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Equipamentos de defesa nacional	CMC	
Equipamentos de proteção civil, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Postos da Autoridade marítima	CMC	
Fardos	4	4	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Equipamentos de proteção civil, por tipologia:	CMC	
Postos de vigia	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Fardos	CMC	
Escola	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Postos de vigia	CMC	
Religiosos	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Escola	CMC	
Locais de culto, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Religiosos	CMC	
Igreja/Capela	47	47	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Locais de culto, por tipologia:	CMC	
Outros	14	14	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Igreja/Capela	CMC	
Atividades económicas, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Outros	CMC	
Comércio e serviços	438	438	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Atividades económicas, por tipologia:	CMC	
feira ou mercado	10	10	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Comércio e serviços	CMC	
Indústria	437	437	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	feira ou mercado	CMC	
Centros comerciais	33	33	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Indústria	CMC	
Equipamentos turísticos, por tipologia:	n.º	n.º	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Centros comerciais	CMC	
Posto de Turismo	2	2	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Equipamentos turísticos, por tipologia:	CMC	
Hóteis	30	30	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Posto de Turismo	CMC	
Pensão/residencial/albergue/estalagem	34	34	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Hóteis	CMC	
Alugamento	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Pensão/residencial/albergue/estalagem	CMC	
Turismo de habitação	1	1	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e inclusão	Alugamento		

Temas	Sub-temas	Indicador	Unidade	Eixo Estratégico	Avaliação Ambiental Estratégica - FCD	Descrição	Fonte
Poluição sonora, atmosférica e alterações climáticas	Qualidade do Ar	Consumo de energia elétrica em edifícios públicos por ano	KWh/m2	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	Cascais Ambiente
		Uso total de energia elétrica por capita (KWh/ano)	KWh/ano	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	Cascais Ambiente
		Número médio de interrupções elétricas por cliente por ano	nº/ano	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	Cascais Ambiente
		Duração média das interrupções elétricas	n de horas	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	Cascais Ambiente
		Taxa de redução de emissões - por tipologia "focope"	TEP/Sanos	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	Cascais Ambiente
		Taxa de redução de consumos energéticos - por tipologia "focope"	TEP/Sanos	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	Cascais Ambiente
		Área afetada por níveis sonoros acima dos limites legais	Qualidade/quilómetros	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Evolution das áreas afetadas por níveis sonoros acima dos limites legais, no período diurno/manchada/noturno (Lden) noturno (Ln). Soma das áreas com níveis sonoros superiores aos limites legais para zona mista (Laeq >= 65 dB(A)) para o período Lden e Ln considerando os níveis superiores a 55 dB(A).	CMC
		População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais	Qualidade/quilómetros	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Porcentagem de população exposta a determinadas classes de níveis sonoros expressas em dB(A).	CMC
		Métricas de minimização de ruído	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Evolution anual do número de medidas de minimização de ruído implementadas no município. Descrição com a identificação do n.º (tipologia e investimento/h).	CMC
		Quaisidade da Ar	Qualidade/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Evolution do n.º de dias com índice de qualidade do ar Muito Bom, Bom, Média, Fraca e Má (constituído por 5 poluentes: Dióxido de azoto (NO2) Monóxido de Carbono (CO), Ozono (O3), Partículas inaláveis ou finas (PM10). O índice de qualidade do ar de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes na estação de monitorização existente. O Conceito de Cascais insere-se neste domínio na área metropolitana de Lisboa Norte.	APA (www.ualar.org) CCR-VLT
	Qualidade da Água	Emissão de gases com efeito de estufa	Qualidade/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação das emissões de gases com origem antropogénica que contribuem para o efeito de estufa, desagregadas por poluente (avaliado em termos de n.º de análises com valores superiores aos máximos admissíveis)	APA (www.ualar.org) CCR-VLT
		Concentração de partículas finas (PM 2.5)	%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	CMC
		Concentração de partículas em suspensão (PM 10)	%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	CMC
		Emissões de gases com efeito de estufa, medido em toneladas por capita	ton/individuo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	CMC
		Concentração de NO2 (dióxido de nitrogénio)	%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	CMC
		Concentração de SO2 (dióxido de enxofre)	%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	CMC
		Concentração de O3 (ozono)	%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	CMC
		Investimento em ações para alterações climáticas	euro/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Investimento em ações para alterações climáticas	Cascais Ambiente
		Análises efetuadas em relação ao regulamentar	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Análises efetuadas em relação ao regulamentar	ERSAR, Aguas de Cascais
		Qualidade das Águas Residuais	Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico
	Análises efetuadas em relação ao regulamentar		n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Análises efetuadas em relação ao regulamentar	ERSAR, Aguas de Cascais
	Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico		n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico	ERSAR, Aguas de Cascais
	Porcentagem das águas residuais que não recebe qualquer tratamento		%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	ERSAR, Aguas de Cascais
	Porcentagem das águas residuais que recebe um tratamento primário		%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	ERSAR, Aguas de Cascais
	Porcentagem das águas residuais que recebe um tratamento secundário		%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	ERSAR, Aguas de Cascais
	Porcentagem das águas residuais que recebe um tratamento terciário		%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	ERSAR, Aguas de Cascais
	Cumprimento dos parâmetros de descarga		%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do cumprimento dos parâmetros de descarga	ERSAR, Aguas de Cascais
	Qualidade das águas balneares		Qualidade/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação da qualidade das águas balneares (Excelente, Boa, Aceitável, Má, Sem Classificação - nova)	APA
	N.º de praias com o galardão Bandeira Azul		n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	N.º de praias com o galardão Bandeira Azul	CMC
	Infraestruturas de água e saneamento	N.º de praias com outros sistemas de certificação	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	N.º de praias com outros sistemas de certificação	CMC
N.º de Praias Acessíveis		n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	N.º de Praias Acessíveis	CMC	
Análises cujos valores não cumpriram o limite legal		n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Análises cujos valores não cumpriram o limite legal	CMC	
População residente que se servida por sistemas de abastecimento de água		n.º (hab)/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	População residente que se servida por sistemas de abastecimento de água. O abastecimento de água potável em quantidade e qualidade adequada é essencial para garantir a qualidade de vida das populações. Exprime-se em percentagem de população abrangida.	Aguas de Cascais	
Porcentagem de população com acesso sustentável a uma fonte alternativa de água potável		%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	Aguas de Cascais	
Porcentagem de população com serviço de saneamento básico		%	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	[cf. norma]	Aguas de Cascais	
Capacidade de água captada		n (m3)/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Determinação dos volumes de água captada nas captações de água de origem subterránea ou superficial para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água (m3).	Aguas de Cascais	
Voluma de consumo de água		n (m3)/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Determinação dos volumes de água consumida nas redes públicas de abastecimento de água (m3).	Aguas de Cascais	
Consumo doméstico de água por habitante		n.º (m3/hab)/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Relação entre o total de água consumida da rede pública de abastecimento de água e população residente.	Aguas de Cascais	
M3 de água consumida por habitante		n.º (m3/hab)/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Para o cálculo do presente indicador deve considerar-se a população à data do último censo.	Aguas de Cascais	
Sustentabilidade	Eficiência na gestão da água	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação da eficiência na gestão da água.	Aguas de Cascais	
	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	População residente que se servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais que possibilitam a redução da poluição dos meios hídricos e assegura a proteção da saúde pública. Exprime-se em percentagem.	Aguas de Cascais	
	Águas Residuais Drenadas e Tratadas	n.º (m3)/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Evolution anual dos m3 de águas residuais drenadas. Permite avaliar o volume de água residual tratada nas estações de tratamento.	Aguas de Cascais	
	Reutilização de águas residuais tratadas	n.º (m3)/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Evolution anual dos m3 de águas residuais tratadas. Permite avaliar o volume de água residual tratada nas estações de tratamento.	Aguas de Cascais	
	Coletoras da rede principal renovadas	km/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Coletoras da rede principal renovadas	Aguas de Cascais	
	Tubagens da rede principal renovadas	km/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Tubagens da rede principal renovadas	Aguas de Cascais	
	Proporção do consumo de água pelo setor serviços/indústria	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Proporção do consumo de água pelo setor serviços/indústria	Aguas de Cascais	
	Proporção do consumo de água pelo setor Câmara face ao total consumido	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Proporção do consumo de água pelo setor Câmara face ao total consumido	Aguas de Cascais	
	Proporção do consumo de água para rega de zonas verdes face ao total consumido pelo setor Câmara	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Proporção do consumo de água para rega de zonas verdes face ao total consumido pelo setor Câmara	Aguas de Cascais	
	Densidade da rede de água	hab/hm/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Densidade da rede de água	Aguas de Cascais	
Segurança e Proteção Civil	Densidade da rede de saneamento	hab/hm/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Densidade da rede de saneamento	Aguas de Cascais	
	Reserva de abastecimento	n.º de dias/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Reserva de abastecimento	Aguas de Cascais	
	Implementação geográfica da população estrangeira no Concelho de Cascais	n.º (hab)/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Implementação geográfica da população estrangeira no Concelho de Cascais	SEF	
	Relação da criminalidade existente no Concelho	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Relação da criminalidade existente no Concelho	SEF	
	Zona Étnica - nacionais / estrangeiros	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Relação da população residente no Concelho, residente / temporária	SEF	
	Relação da população residente no Concelho, residente / temporária	n.º (hab)/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Relação da população residente no Concelho, residente / temporária	SEF	
	Seve Criminalidade associada	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Relação da população residente no Concelho, residente / temporária	SEF	
	Evolution da Criminalidade	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Evolution da Criminalidade	CMC / PSP / GNR	
	Crimes contra as pessoas	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Crimes contra as pessoas	CMC / PSP / GNR	
	Crimes contra o património	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Crimes contra o património	CMC / PSP / GNR	
Sismos	Crimes contra a vida em sociedade	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Crimes contra a vida em sociedade	CMC / PSP / GNR	
	Crimes contra o Estado	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Crimes contra o Estado	CMC / PSP / GNR	
	Crimes previstos em legislação avulsa	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Crimes previstos em legislação avulsa	CMC / PSP / GNR	
	Crimes mais denunciados	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Crimes mais denunciados	CMC / PSP / GNR	
	Crimes violentos e graves com maior n.º de denúncias	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Crimes violentos e graves com maior n.º de denúncias	CMC / PSP / GNR	
	Número de agentes de polícia por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de agentes de polícia por 100.000 habitantes	CMC / PSP / GNR	
	Número de homicídios por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de homicídios por 100.000 habitantes	CMC / PSP / GNR	
	Crimes contra propriedades por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Crimes contra propriedades por 100.000 habitantes	CMC / PSP / GNR	
	Tempo de resposta da esquadra de polícia desde o contacto inicial	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Tempo de resposta da esquadra de polícia desde o contacto inicial	CMC / PSP / GNR	
	N.º de ocorrências que resultaram em serviço prestado aos turistas	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	N.º de ocorrências que resultaram em serviço prestado aos turistas	CMC / PSP / GNR	
Segurança e Proteção Civil	Taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes	CMC / PSP / GNR	
	N.º de ocorrências verificadas no espaço público	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	N.º de ocorrências verificadas no espaço público	CMC / PSP / GNR	
	Tempo de resposta da Polícia Marítima desde o contacto inicial	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Tempo de resposta da Polícia Marítima desde o contacto inicial	CMC / PSP / GNR	
	N.º de ocorrências da cometença da Polícia Marítima	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	N.º de ocorrências da cometença da Polícia Marítima	CMC / PSP / GNR	
	Ações com intervenção da Polícia Marítima desenvolvidas nas praias	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Ações com intervenção da Polícia Marítima desenvolvidas nas praias	CMC / PSP / GNR	
	Apoio balnear	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Apoio balnear	CMC / PSP / GNR	
	Limpeza das praias (ex. interempres)	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Limpeza das praias (ex. interempres)	CMC / PSP / GNR	
	População residente por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica	n.º de hab/freguesia/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação da população residente por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica	CMC	
	N.º de edifícios por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	N.º de edifícios por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica	CMC	
	População residente por freguesias, em áreas hipoteticamente afetadas pelas ondas de tsunami	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	População residente por freguesias, em áreas hipoteticamente afetadas pelas ondas de tsunami	CMC	
N.º de ocorrências	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	N.º de ocorrências verificadas no território	CMC		
N.º de medidas implementadas com vista ao controlo de inundações	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de medidas implementadas com vista ao controlo de inundações	CMC		
N.º de medidas implementadas com vista ao controlo de cheias	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de medidas implementadas com vista ao controlo de cheias	CMC		
N.º de estudos com vista a revisão da cartografia de suscetibilidade de cheias e inundações (homologada)	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de estudos com vista a revisão da cartografia de suscetibilidade de cheias e inundações (homologada)	CMC		
N.º de estudos com vista a revisão da cartografia de suscetibilidade de cheias e inundações (homologada)	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de estudos com vista a revisão da cartografia de suscetibilidade de cheias e inundações (homologada)	CMC		
Outros	Investimento associado à manutenção da RVF (rede viária florestal)	e/Anual	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do investimento necessário no âmbito da manutenção anual que decorre devido à precipitação originando o arrastamento de materiais finos do piso	CMC	
	Área relativa à gestão de Faixas de Combustíveis Florestais	Hectares/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação da execução de faixas de proteção com vista à redução dos riscos de incêndios florestais, junto aos aglomerados populacionais e ao longo de estradas e caminhos florestais	CMC	
	Área relativa à gestão de Combustíveis Florestais em Mosaicos de Parcelas	Hectares/tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação da manutenção das áreas florestais através do controlo dos combustíveis florestais e a beneficiação do coberto vegetal em áreas contínuas de floresta, promovendo a biodiversidade e a diminuição dos riscos de incêndios florestais	CMC	
	N.º de medidas implementadas com vista à proteção das arribas	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de medidas implementadas com vista à proteção das arribas	CMC	
	N.º de estudos com vista a revisão da cartografia de suscetibilidade de galgamentos costeiros	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de estudos com vista a revisão da cartografia de suscetibilidade de galgamentos costeiros	CMC	
	N.º de estudos com vista a revisão da cartografia de risco de galgamentos costeiros	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	N.º de estudos com vista a revisão da cartografia de risco de galgamentos costeiros	CMC	
	N.º de hidrantes implantados	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de hidrantes implantados	CMC	
	N.º de estudos com vista a revisão da cartografia de suscetibilidade de incêndio	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de estudos com vista a revisão da cartografia de suscetibilidade de incêndio	CMC	
	N.º de estudos com vista a revisão da cartografia de risco de incêndio	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de estudos com vista a revisão da cartografia de risco de incêndio	CMC	
	N.º de carréis colocados na Zona Histórica	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de carréis colocados na Zona Histórica	CMC	
Recursos Sociais e de saúde	N.º de medidas implementadas com vista ao controlo de estabilidade de vertentes	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de medidas implementadas com vista ao controlo de estabilidade de vertentes	CMC	
	N.º de acidentes relacionados com o transporte de materiais perigosos	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de acidentes relacionados com o transporte de materiais perigosos	CMC	
	Investimento em material de apoio à Sensibilização (Manuais, filmes, Pts, Merchandising)	e/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do investimento realizado em suporte pedagógico das ações de sensibilização	CMC	
	Programa Cascais Resilientes (Projetos de Promoção da Segurança)	N Ações/Participante	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do Programa da ONU para aumentar a resiliência das populações	CMC	
	Ações de Sensibilização 3P/3T/3IA	N Participantes/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação das ações de divulgação e implementação de medidas de autoproteção para aumentar a cultura de segurança dos municípios (pre-escolar, escolar e adultos)	CMC	
	N.º de bombeiros por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de bombeiros por 100.000 habitantes	CMC	
	N.º de mortes relacionadas com incêndios por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de mortes relacionadas com incêndios por 100.000 habitantes	CMC	
	N.º de mortes relacionadas com desastres naturais por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de mortes relacionadas com desastres naturais por 100.000 habitantes	CMC	
	N.º de bombeiros voluntários e em part-time por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do n.º de bombeiros voluntários e em part-time por 100.000 habitantes	CMC	
	Tempo de resposta dos serviços de emergência desde o contacto inicial	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do tempo de resposta dos serviços de emergência desde o contacto inicial	CMC	
Coesão Social	Tempo de resposta do quartel de bombeiros desde o contacto inicial	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Avaliação do tempo de resposta do quartel de bombeiros desde o contacto inicial	CMC	
	Número de agentes de polícia por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Número de agentes de polícia por 100.000 habitantes	CMC / PSP / GNR	
	Crimes contra propriedades por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Crimes contra propriedades por 100.000 habitantes	CMC / PSP / GNR	
	Tempo de resposta da esquadra de polícia desde o contacto inicial	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Tempo de resposta da esquadra de polícia desde o contacto inicial	CMC / PSP / GNR	
	Taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes	n/Tempo	Eixo 3 Cascais - Território de valores ambientais	FCD 3: Riscos e Alterações Climáticas	Taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes	CMC / PSP / GNR	
	Número de beneficiários do RSI por freguesia	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Distribuição do número de indivíduos que são beneficiários do Rendimento Social de Inserção por freguesia	Segurança Social	
	Porcentagem de famílias beneficiárias do RSI no concelho	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Porcentagem de famílias beneficiárias do RSI no concelho	Segurança Social	
	Distribuição de beneficiários do RSI por freguesia	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Distribuição de beneficiários do RSI por freguesia	Segurança Social	
	Porcentagem de idosos com CSI no concelho	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Porcentagem de idosos beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI) por freguesia	Segurança Social	
	Indivíduos e famílias apoiadas ao nível da privação material	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Indivíduos e famílias apoiadas ao nível da privação material	CMC	
Número de indivíduos com pedidos de habitação por carência económica	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de pessoas que fazem pedido de habitação social e encontram em situação de carência económica	CMC		
Número de indivíduos em situação de Sem Abrigo	n/Tempo	Eixo 4 Cascais - Território coeso e inclusivo	FCD 2: Coesão e Inclusão	Número de pessoas que residem no concelho em situação de Sem Abrigo	CMC		
População a viver em bairros ilegais	n/Tempo						

